

Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas em IFRS

31 de março de 2026





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS EM IFRS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

ÍNDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS EM IFRS	2
--	---

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS EM IFRS

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS EM IFRS

1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	8
3. CONSOLIDAÇÃO	8
4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES	10
5. POLÍTICAS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MATERIAIS	10
6. AQUISIÇÕES, ALIENAÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	15
7. SEGMENTOS OPERACIONAIS	15
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
9. APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	17
10. DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	18
11. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE REVENDA	18
12. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19
13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	26
14. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	32
15. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	40
16. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	40
17. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	40
18. OUTROS ATIVOS	41
19. ATIVOS IMOBILIZADOS	41
20. ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO	41
21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	42
22. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO	42
23. OUTROS PASSIVOS	45
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	45
25. TRIBUTOS	48
26. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	51
27. RECEITAS DE JUROS	54
28. DESPESAS DE JUROS	54
29. RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	54
30. OUTROS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES	55
31. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	55
32. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	57
33. PARTES RELACIONADAS	57
34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	58
35. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	59
36. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG	76
37. OUTRAS INFORMAÇÕES	78
38. EVENTOS SUBSEQUENTES	79



Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Votorantim S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Votorantim S.A. ("Banco") e suas controladas em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

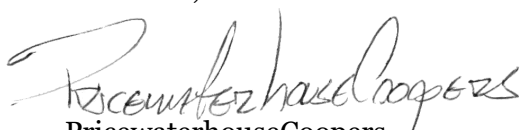
Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. e suas controladas, em 31 de março de 2026, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

São Paulo, 11 de maio de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7



BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.391.437	742.154
Ativos financeiros		134.175.199	124.513.300
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		25.812.513	20.726.371
Títulos e valores mobiliários	12a	18.902.254	17.185.513
Derivativos	13a	6.910.249	3.540.848
Outros ativos financeiros	17	10	10
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		5.901.356	11.414.883
Títulos e valores mobiliários	12a	5.901.356	11.414.883
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		102.461.330	92.372.046
Depósitos no Banco Central do Brasil	10	3.338.548	2.743.828
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9	687.404	346.028
Títulos e valores mobiliários	12a	17.424.006	13.451.279
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito	14a	72.638.430	70.056.021
Ativos financeiros com acordo de revenda	11	8.062.313	5.312.740
Outros ativos financeiros	17	310.629	462.150
Ativos não financeiros mantidos para venda	15	228.955	213.331
Ativos fiscais	25a	10.670.684	10.573.545
Participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	16a	2.530	54.133
Ativos imobilizados	19	114.663	120.230
Ativos intangíveis e ágio	20	1.865.153	1.796.987
Outros ativos	18	1.686.621	825.812
TOTAL DO ATIVO		150.135.242	138.839.492
PASSIVO		137.116.654	125.772.951
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		12.034.564	5.435.003
Derivativos	13a	8.005.186	4.039.547
Outros passivos financeiros	21	4.029.378	1.395.456
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		121.667.802	117.055.281
Passivos financeiros com acordo de recompra	22a	15.821.047	19.001.163
Depósitos	22b	30.272.026	26.392.549
Obrigações por empréstimos e por repasses	22c	4.449.388	4.403.665
Títulos emitidos	22d	54.022.207	51.940.893
Passivos subordinados	22e	4.083.098	4.149.996
Passivos financeiros associados a ativos financeiros transferidos	14h.1	9.318.553	7.371.597
Outros passivos financeiros	22f	3.701.483	3.795.418
Provisão para perda esperada		252.619	390.597
Provisões para contingências	26a.1	517.207	508.704
Passivos fiscais	25b	473.962	534.903
Outros passivos	23	2.170.500	1.848.463
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.018.588	13.066.541
Capital Social	24a	8.480.372	8.480.372
Reservas	24b	4.411.082	4.661.082
Outros resultados abrangentes		6.272	(74.913)
Lucros acumulados		120.862	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		150.135.242	138.839.492

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Receitas de juros	27	6.121.890	5.236.051
Despesas de juros	28	(3.381.527)	(2.407.935)
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	29	(137.179)	10.481
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	13g	(721.149)	(905.590)
Resultado bruto da margem financeira antes das perdas ao valor recuperável (líquidas)		1.882.035	1.933.007
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável		(968.871)	(1.017.325)
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	14c	(1.048.535)	(1.058.088)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	14c	137.530	(3.078)
(Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários		(57.866)	43.841
Outros resultados das operações		745.643	609.375
Receitas de prestação de serviços	30a	434.333	385.197
Rendas de tarifas bancárias	30b	304.168	226.841
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	16a	7.142	(2.663)
Despesas tributárias	25c	(101.041)	(198.937)
Resultado líquido das operações		1.557.766	1.326.120
Outros resultados operacionais		(1.123.444)	(1.088.766)
Despesas de pessoal	31a	(462.104)	(421.059)
Outras despesas administrativas	31b	(431.251)	(462.691)
(Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes	26a.4	(8.506)	15.670
Outras receitas operacionais	31c	93.294	85.077
Outras despesas operacionais	31d	(314.877)	(305.763)
Resultado operacional		434.322	237.354
Outras receitas e despesas	32	5.305	(90.759)
Resultado antes dos tributos e participações		439.627	146.595
Impostos correntes	25d.1	(85.365)	(111.621)
Impostos diferidos	25d.1	87.995	145.258
Participações nos Lucros e Resultados		(57.395)	(67.054)
Lucro Líquido		384.862	113.178
Resultado por ação	24d		
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$		113,35	33,33
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil) - Banco Votorantim S.A.		3.395.210	3.395.210

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Lucro Líquido do período	384.862	113.178
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Variação no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	35.259	81.020
Ajuste ao valor justo contra o Patrimônio Líquido	40.831	151.584
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado	23.278	1.397
Efeito fiscal	(28.850)	(71.961)
Hedge de fluxo de caixa	45.396	(33.086)
Ajuste ao valor justo contra o Patrimônio Líquido	82.540	(60.256)
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado	(2)	99
Efeito fiscal	(37.142)	27.071
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Outros	530	(1.393)
Ajuste ao valor justo contra o Patrimônio Líquido	964	(2.533)
Efeito fiscal	(434)	1.140
Total de outros resultados abrangentes no período	81.185	46.541
Resultado abrangente	466.047	159.719

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		8.480.372	372.120	5.066.433	(248.294)	(796.075)	12.874.556
Outros resultados abrangentes do período		-	-	-	46.541	-	46.541
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	113.178	113.178
Deliberações:							
Juros sobre capital próprio	24c	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Dividendos	24c	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Saldos em 31 de março de 2025		8.480.372	372.120	5.066.433	(201.753)	(882.897)	12.834.275
Mutações do período		-	-	-	46.541	(86.822)	(40.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		8.480.372	372.120	4.288.962	(74.913)	-	13.066.541
Outros resultados abrangentes do período		-	-	-	81.185	-	81.185
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	384.862	384.862
Juros sobre capital próprio	24c	-	-	-	-	(264.000)	(264.000)
Dividendos ⁽¹⁾	24c	-	-	(250.000)	-	-	(250.000)
Saldos em 31.03.2026		8.480.372	372.120	4.038.962	6.272	120.862	13.018.588
Mutações do período		-	-	(250.000)	81.185	120.862	(47.953)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

⁽¹⁾ Dividendos computados com base nas reservas de lucros.

O Resultado por ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais			
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro		439.627	146.595
Ajustes ao lucro antes dos impostos e contribuições sobre o lucro		1.237.198	1.357.312
Provisão para perdas associadas a carteira de crédito (redução ao valor recuperável)	14c	1.107.818	1.213.335
Provisão / (reversão de provisão) para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários		57.866	(43.841)
Outras provisões / (reversões de provisões) associadas ao risco de crédito	14c	(137.530)	3.078
Depreciações e amortizações	31b	127.592	117.238
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	16a	(7.142)	2.663
Constituição / (reversão de despesas) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	26a.4	8.506	(15.671)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		19.527	9.808
Juros apropriados e não pagos de passivos subordinados	37c	153.447	127.996
Juros apropriados e não recebidos de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(67.581)	(107.470)
(Receitas) de atualização de depósitos em garantia	31c	(5.203)	(5.926)
Baixa de ativos intangíveis	32	-	46.630
Outros resultados operacionais		(20.102)	9.472
Variações patrimoniais		(935.695)	(2.400.252)
(Aumento) / redução em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (TVM e instrumentos financeiros derivativos)		(3.729.960)	(9.346.034)
(Aumento) / redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (aplicações em depósitos interfinanceiros)		(341.376)	159.551
(Aumento) / redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito)		(3.690.227)	497.341
(Aumento) / redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (ativos financeiros com acordo de revenda)		(2.749.574)	5.287.110
(Aumento) / redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (depósitos no Banco Central do Brasil)		(594.720)	1.141.522
(Aumento) / redução de ativos não financeiros mantidos para venda		(18.295)	(18.176)
(Aumento) / redução em ativos fiscais		(83.708)	(309.209)
(Aumento) / redução em outros ativos		(645.345)	(199.727)
Aumento / (redução) de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		6.599.560	3.729.041
Aumento / (redução) de passivos financeiros mensurado pelo custo amortizado		4.615.920	(5.748.499)
Aumento / (redução) de passivos fiscais		17.197	(134.851)
Aumento / (redução) em outros passivos		(315.167)	2.541.679
Imposto de renda e contribuição social pagos		(155.364)	(141.524)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		585.766	(1.037.869)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aumento) / redução de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		3.821.282	338.861
(Aumento) / redução de títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado		(3.479.340)	1.075.378
(Aquisição) de ativos imobilizados		(3.072)	(2.078)
(Aquisição) de ativos intangíveis		(187.115)	(192.295)
Redução de investimentos em participações em coligadas e controladas em conjunto		-	33.185
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda		3.539	-
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento		155.294	1.253.051
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Dividendos / juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	24c	(72.250)	(127.500)
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		(72.250)	(127.500)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		668.810	87.682
Início do período		742.154	518.385
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(19.527)	(9.808)
Fim do período	8	1.391.437	596.259
Aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa		668.810	87.682

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

⁽¹⁾ Para os juros sobre capital próprio, consideram-se valores líquidos de impostos.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Votorantim S.A. (banco BV ou Banco) é uma companhia de capital fechado controlada em conjunto pelo Banco do Brasil S.A. (BB) e pela Votorantim Finanças S.A. (VFIN). A matriz do Banco está localizada na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, na cidade de São Paulo – SP, Brasil.

O Banco opera na forma de banco múltiplo, desenvolvendo atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais e de investimento, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, instituição de pagamento, administração de cartões de crédito, corretagem de seguros e arrendamento mercantil. O Banco também opera na criação e distribuição de produtos, junto com outras entidades do conglomerado, incluindo o Banco BV S.A., o nosso banco digital.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2026.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), incluindo o IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e são aplicadas de modo consistente e uniforme em todos os períodos apresentados.

O Balanço Patrimonial é apresentado por ordem de liquidez, sendo que as operações cujo vencimento é inferior a 12 meses estão apresentadas nas notas explicativas como ativo ou passivo "circulante" e as operações com vencimento superior a 12 meses são apresentadas como "não circulante", exceto os impostos diferidos (ativos e passivos) que são classificados como "não circulante".

3. CONSOLIDAÇÃO

A avaliação do controle considera se o banco BV está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis e tem a capacidade de afetar estes retornos através de seu poder sobre a entidade de forma contínua.

As participações societárias, nas quais o banco BV detém controle direto ou indireto, são consolidadas, com exceção dos fundos de investimentos classificados como capital de risco, que são mensurados ao valor justo.

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e suas subsidiárias, são eliminados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial também são eliminados na proporção da participação.

Os investimentos realizados com influência significativa, em que há poder de participação sobre políticas financeiras e operacionais, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base no valor do Patrimônio Líquido da investida.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas compreendem as transações do Banco Votorantim S.A. (controladora) e das seguintes investidas controladas:



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Atividade	% de Participação	
		31.03.2026	31.12.2025
Instituições financeiras – País			
Banco BV S.A.	Banco múltiplo	100,00%	100,00%
Instituições do mercado segurador			
BV Corretora de Seguros S.A. (BV Corretora)	Corretora	100,00%	100,00%
Instituições não financeiras			
BVIA Negócios e Participações S.A. (BVIA)	Serviços especializados	100,00%	100,00%
BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP)	Holding	100,00%	100,00%
Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário (Atenas) ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
Fundos de investimentos consolidados			
Votorantim Expertise Multimercado Fundo de Investimento	Fundo	100,00%	100,00%
Fundo de Invest. em Participações BV - Multiestratégia Investimento no Exterior	Fundo	100,00%	100,00%
Fundo de Invest. em Participações BV Tech I - Multiestratégia Investimento no Exterior	Fundo	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios TM II	Fundo	100,00%	100,00%
Tivio Securities Fundo de Investimento Imobiliário (antigo Votorantim Securities Master FII)	Fundo	88,40%	88,40%
Sapere Fundo de Investimento Financeiro	Fundo	100,00%	100,00
Controladas do Banco BV S.A.			
Acesso Soluções de Pagamento S.A. - Instituição de Pagamentos (Bankly)	Instituição de Pagamento	100,00%	99,99%
Acessopar Investimentos e Participações S.A. (Acessopar)	Holding	100,00%	99,99%
Meu Financiamento Solar Ltda. (MFS)	Serviços especializados	100,00%	100,00
Controladas da BVIA			
Marquês de Monte Santo Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	SPE	100,00%	100,00%
Parque Valença Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da BVEP			
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A. ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
Henri Dunant Empreendimento Imobiliário S.A. ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
Arena XI Incorporações SPE Ltda. ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
D'oro XVIII Incorporações Ltda. ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da Atenas			
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 1 ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 3 ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%

⁽¹⁾ Para efeito de consolidação, contempla defasagem de até 2 meses no respectivo balancete.

A consolidação desses investimentos é reavaliada caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais elementos que configuram o controle.

O conglomerado investe em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) através de suas controladas BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP), BVIA Negócios e Participações S.A. (BVIA) e Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário (Atenas), visando, principalmente, o investimento em empreendimentos do ramo imobiliário.

4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

Principais normas e interpretações que entrarão em vigor em períodos futuros

- **IFRS 18** – Trata da apresentação e divulgação de informações nas demonstrações financeiras. Introduz três categorias definidas para receitas e despesas, sendo classificadas em operacionais, de investimento ou de financiamento. Tal norma tem por objetivo melhorar a utilidade das informações divulgadas e fornecer aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o desempenho financeiro das empresas. A adoção se tornará obrigatória a partir de 1º de janeiro 2027 e o conglomerado trabalha na avaliação dos impactos de tais requisitos.
- **IFRS S1 e IFRS S2** – O *International Sustainability Standards Board* (ISSB) emitiu suas normas inaugurais – IFRS S1 e IFRS S2 – estabelecendo novos requisitos de divulgações relacionadas à sustentabilidade nos mercados de capitais em todo o mundo. A obrigatoriedade de elaborar e divulgar o relatório para instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que são líderes de conglomerado prudencial enquadrados nos segmentos S1 ou no S2, conforme determinação do Banco Central, com vigência a partir do exercício de 2026. O banco conduz projeto interno para adaptação de seus processos e elaboração do relatório.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MATERIAIS

As políticas contábeis adotadas pelo banco BV são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis Consolidadas e de maneira uniforme em todas as entidades do conglomerado.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do conglomerado. Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, a moeda de apresentação também é o Real.

As Demonstrações Contábeis de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiperinflacionária) são convertidas para a moeda de apresentação pela taxa de câmbio vigente no final do período. Os ativos e passivos do conglomerado denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado do período em que surgirem.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e baixo risco de mudança de valor, com vencimentos de até 90 dias a partir da data da aplicação.

d) Instrumentos financeiros

I - Reconhecimento inicial

Ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, são reconhecidos pelo valor justo na data da negociação.

II - Modelo de Negócio e SPPI Test

Para um ativo financeiro, a categoria é atribuída conforme o Modelo de Negócio do banco BV, condicionado ao resultado do *SPPI Test*:

Modelo de Negócio - Reflete como um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. A classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros do Banco e suas subsidiárias é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, sendo resumidamente apresentados como:

- **Custo amortizado:** Modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- **Valor justo por meio do resultado:** Outros modelos de negócio, atribuídos aos ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado.

SPPI Test (Solely Payments of Principal and Interest) – Visa evidenciar se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamento de principal e juros, baseado na análise de performance e nos termos do ativo financeiro.

A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, exceto quando os fluxos de caixa contratuais não se constituem exclusivamente em pagamento de principal e juros. Os ativos financeiros que não passam no teste de *SPPI* devem ser mensurados a valor justo por meio do resultado. Existe ainda a opção de designar instrumentos patrimoniais de outra entidade para serem classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) de modo irrevogável

III - Mensuração subsequente

- Todos os instrumentos financeiros são mensurados conforme sua categorização:

Ativos Financeiros

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- Mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA); incluindo aqueles que sejam por opção irrevogável; e
- Mensurados pelo custo amortizado.

Passivos Financeiros

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e
- Mensurados ao custo amortizado.

IV - Baixa de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando cessam os direitos contratuais aos fluxos de caixa, quando não houver expectativa razoável de sua recuperação ou quando os riscos e benefícios forem transferidos substancialmente.

Títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do Balanço Patrimonial, considerando que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios. O correspondente caixa recebido é reconhecido no Balanço Patrimonial como um passivo, em virtude da obrigação de retorno. Para títulos adquiridos com compromisso de revenda, o montante pago é reconhecido como um ativo financeiro.

Os passivos financeiros são baixados, parcial ou totalmente, quando a obrigação original for extinta.

V - Valor justo dos instrumentos financeiros

O Banco classifica os instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de níveis de hierarquia, as quais refletem as características dos *inputs* utilizados na mensuração desses valores:

- **Nível 1:** instrumentos financeiros que possuem cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis em mercados ativos e líquidos, para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes;
- **Nível 2:** instrumentos financeiros cuja avaliação a valor justo utiliza métodos matemáticos amplamente aceitos no mercado, cotações e curvas de marcação a mercado, construídas a partir de dados observáveis; e
- **Nível 3:** instrumentos financeiros cujo ajuste a valor justo envolve o emprego de métodos matemáticos que utilizam referenciais de preços, taxas e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

VI - Instrumentos financeiros derivativos

Sempre mensurados a valor justo, os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* têm seus ajustes registrados diretamente no resultado do período e apresentados na demonstração de resultado como “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

VII - Modificações de fluxos de caixa contratuais

Modificações de fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são reconhecidas imediatamente no resultado como ganho ou perda na modificação. A avaliação das modificações que podem levar a baixa leva em consideração fatores qualitativos, como a natureza do instrumento, tipo de taxa de juros e a moeda do instrumento.

VIII - Método da taxa efetiva de juros

Para mensuração do custo amortizado de ativos e passivos financeiros (ou de um grupo de ativos ou passivos financeiros) é utilizado o método da taxa efetiva de juros para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do prazo do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro, estabelecida no reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

Ao utilizar o método da taxa efetiva de juros, as entidades do conglomerado estimam os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, porém desconsiderando qualquer estimativa futura de perdas.

O conglomerado utiliza mecanismo de diferimento das receitas e despesas, conforme aplicável, que compõe a taxa efetiva de juros, produzindo efeito semelhante ao da utilização de uma única taxa de mensuração subsequente do instrumento financeiro.

e) Instrumentos financeiros para proteção

O Banco mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger (*hedge*) suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. O Banco continua aplicando os requerimentos de *hedge accounting* previstos na IAS 39, conforme permitido pela IFRS 9.

Designação inicial

No momento da designação inicial do *hedge*, o banco BV formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*.

O Banco realiza operações de *hedge* que incluem dispositivos de liquidação de direitos e obrigações contratuais atrelados ao risco de crédito próprio, de terceiros ou de partes relacionadas. Determinadas condições podem ocasionar o vencimento antecipado do derivativo sem valor devido ao Banco ou com liquidação em títulos de dívida próprios. Os instrumentos financeiros derivativos considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de valor justo – Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes ao valor justo registrados em contrapartida ao resultado do período e apresentados na Demonstração de Resultado como Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos; e

Hedge de fluxo de caixa – Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm a parcela efetiva de seus ajustes ao valor justo reconhecidos no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

Efetividade

É feita uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, considerando se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

Descontinuidade

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* de valor justo e permanecem registrados no Balanço Patrimonial, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações.

f) Perda de crédito esperada para ativos financeiros

A recuperabilidade dos ativos financeiros é apurada mensalmente com base em um modelo quantitativo de perda esperada. A IFRS 9 não prescreve um único método para a mensuração das perdas de crédito esperadas e reconhece que os métodos utilizados podem variar dependendo do tipo de ativo e das informações disponíveis.

A mensuração da perda esperada requer aplicação de premissas significativas e julgamentos, inclusive a utilização de cenários econômicos ponderados para projeção de dados prospectivos, sendo sua mensuração a de maior relevância para as Demonstrações Contábeis apresentadas por essa companhia.

O banco BV avalia a perda de crédito esperada dos ativos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo através de outros resultados abrangentes, além dos compromissos e garantias de crédito, e classifica as operações em três estágios:

- **Estágio 1** – Ativos financeiros originados ou comprados sem problema de recuperação de crédito ou deterioração significativa em relação ao reconhecimento inicial. As perdas esperadas são mensuradas abrangendo um período de 12 meses subsequentes ao da data base a que se referem essas Demonstrações Contábeis Consolidadas
- **Estágio 2** – Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito ou que deixaram de ser considerados como ativos com problemas de recuperação de crédito, mas seu risco continua significativo. As perdas esperadas são mensuradas considerando a vida inteira do ativo financeiro; e

- **Estágio 3** – Instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito. As perdas esperadas são mensuradas considerando a vida inteira do ativo financeiro. Nesse estágio, a companhia deixa de reconhecer as receitas do ativo financeiro (*stop accrual*).

As perdas são mensuradas como perdas de crédito esperadas para 12 meses, a menos que o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Para determinar se o risco de inadimplência de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de inadimplência na data do balanço com o risco de inadimplência no reconhecimento inicial.

O Banco considera um ativo financeiro como inadimplido quando ele atende a uma ou mais das seguintes condições:

- A contraparte está em atraso há mais de 90 dias;
- Há evidências de processo de falência, liquidação ou recuperação judicial;
- Ocorreu uma reestruturação do ativo financeiro, com concessão significativa à contraparte.

Essas definições estão alinhadas às políticas internas de classificação de risco e foram selecionadas para garantir a consistência com o comportamento de inadimplência observado na carteira do Banco.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade das perdas de crédito ao longo da vida útil esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito são o valor presente das insuficiências de caixa esperadas, refletindo:

- Um valor imparcial e ponderado pela probabilidade;
- O valor temporal do dinheiro; e
- Informações razoáveis e sustentáveis (não apenas sobre pagamentos em atraso, mas também informações prospectivas, como fatores macroeconômicos - prospectivas).

g) Ativos não financeiros mantidos para venda

O Banco detém ativos classificados como mantidos para venda, os quais incluem bens móveis e imóveis recebidos em dação em pagamento, bem como participação societária em que houve decisão pela sua realização. Esses ativos são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o valor justo ou o valor contábil. Posteriormente, a Administração estabelece provisões para perdas na realização desses ativos, da seguinte forma:

- **Móveis:** as provisões são calculadas mensalmente, considerando o prazo de permanência do bem (obsolescência). Para registros com mais de 720 dias, é constituída uma provisão de 100% sobre o saldo contábil.
- **Imóveis:** as provisões são constituídas com base em laudos de avaliação anuais, elaborados por consultorias especializadas.

h) Intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis referem-se basicamente a *softwares* e licenças de uso. A amortização destes intangíveis é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado. A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. Os intangíveis incluem os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) pagos na aquisição de investimentos, que são amortizados conforme os prazos projetados em laudos técnicos que fundamentaram seu reconhecimento.

O ágio (*goodwill*) reconhecido na aquisição de investimentos não é passível de amortização, porém, seu valor recuperável é testado, no mínimo, anualmente, para avaliação de indicativo de perda. Os saldos correspondentes à mais valia, apurados no momento do *PPA – Purchase Price Allocation*, são amortizados conforme o laudo e baixados em caso de redução ao valor recuperável.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos

Intangível: O teste de recuperabilidade consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software*, licença e direito de uso não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, é constituída uma provisão ou é feita a baixa imediata do ativo.

Ágio: Para analisar a redução ao valor recuperável de ágio sobre investidas, o banco BV definiu as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) considerando o nível mais baixo em que o negócio é gerenciado. O teste no nível da UGC determina se há indícios de *impairment* e, consequentemente, a necessidade de avaliar a recuperabilidade do ativo. A administração leva em conta qualquer outra informação disponível que caracterize indícios de *impairment* na avaliação do valor recuperável, refletindo a melhor estimativa sobre a expectativa dos fluxos de caixa futuros das UGC.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

i) Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos

As realizações dos ativos fiscais diferidos estão suportadas por projeções orçamentárias da instituição, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

A utilização de estimativas de rentabilidade futura incorre em alto grau de julgamento e, considerando a representatividade dos saldos de crédito tributário ativados, pode produzir impactos relevantes diante de mudanças nas premissas aplicadas para as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas.

j) Ativos e passivos contingentes – Fiscais, cíveis e trabalhistas

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.

A avaliação de prognósticos de perda considera a probabilidade de desembolsos do conglomerado, levando em conta as fases processuais, decisões e jurisprudência dominante, e envolve um alto grau de julgamento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, enquanto os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

Ativos contingentes não são reconhecidos, para evitar o reconhecimento de receitas que podem nunca ser realizadas. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, o ativo passa a ser reconhecido, uma vez que deixa de ser considerado contingente.

k) Alterações na apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas

Visando proporcionar um melhor entendimento aos *stakeholders* e promover maior alinhamento com as práticas de mercado, durante o ano de 2025, o Conglomerado promoveu alterações na apresentação das Demonstrações Contábeis. Dentre as principais mudanças, destacamos:

- **Receita de Juros:** passou a contemplar o efeito dos descontos concedidos, que anteriormente, eram apresentados no grupo “Resultado por perdas ao valor recuperável”;
- **Resultado Líquido com Serviços e Comissões:** passou a ser apresentado dentro do grupo “Outros Resultados das Operações”;
- **Despesas de Pessoal:** o saldo passou a ser apresentado líquido da Participação nos Lucros e Resultados, a qual passou a ser demonstrada separadamente.

Apresentação dos saldos comparativos

Com o objetivo de aprimorar a apresentação e a comparabilidade nestas Demonstrações Contábeis Consolidadas, os saldos comparativos foram alterados para refletir as alterações adotadas na estrutura das demonstrações.

6. AQUISIÇÕES, ALIENAÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Aquisição da Totalidade de Capital Social da Meu Financiamento Solar Ltda. (MFS)

Em 1º de julho de 2025, o Banco BV S.A., integrante do conglomerado do Banco, concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Meu Financiamento Solar Ltda., plataforma especializada na originação de financiamentos de sistemas de energia solar fotovoltaica. A operação foi realizada após a obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias, incluindo as do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Antes da transação, o Banco BV S.A. já detinha, de forma indireta, 30,68% de participação na Meu Financiamento Solar Ltda., por meio da Portal Solar S.A. Com a aquisição da participação remanescente, passou a deter 100% do Capital Social da companhia. Como resultado da operação, foi reconhecido o ágio de R\$ 116,4 milhões e mais-valia de R\$ 17,5 milhões, apurados com base na avaliação a valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

A operação foi precedida por uma reorganização societária, que envolveu a cisão parcial desproporcional da Portal Solar S.A., com o objetivo de segregar as atividades da MFS das demais operações da empresa.

Exercício da opção de venda da Tivio

Em 23 de agosto de 2022, o Banco celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações (*Sales Purchase Agreement* – SPA) por meio do qual alienou 51% da participação societária detida na BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., atualmente denominada Tivio, para a Kartra Participações Ltda., sociedade controlada do Banco Bradesco S.A.

Na mesma data, o contrato previu, para a participação remanescente do capital votante e total da sociedade, a celebração de opção de compra em favor da Kartra e opção de venda em favor do Banco, ambas irrevogáveis e irretratáveis, relativas à totalidade das ações ordinárias remanescentes detidas pelo Banco.

Em março de 2026, o Banco formalizou o exercício da opção de venda de sua participação de 38,77% remanescente na Tivio, concluindo a alienação total do investimento, pelo valor de R\$ 65,2 milhões. O montante foi recebido em 15 de abril de 2026.

7. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Um segmento operacional é um componente do conglomerado que desenvolve atividades de negócio, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo aquelas relacionadas às transações com outros componentes do conglomerado. As informações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados a cada segmento e para a avaliação do seu desempenho são regularmente revistas pelo Comitê Executivo (ComEx), que é o principal gestor das operações da entidade.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis a cada segmento, bem como itens que podem ser alocados em bases razoáveis.

As receitas de juros são reportadas líquidas, seguindo a forma de medição de desempenho dos negócios. Preços de transferência entre segmentos operacionais são efetuados a preços de mercado, de uma forma semelhante às operações realizadas com terceiros.

O conglomerado é composto por três segmentos, detalhados a seguir, que representam suas unidades de negócio. Cada unidade de negócio oferece diferentes produtos e serviços, sendo administrada de forma independente. Elas possuem modelos de gestão específicos, públicos-alvo distintos, estratégias de *marketing* próprias e subsegmentações variadas.

- **Varejo** – A principal atividade é o financiamento de veículos, especialmente de carros leves usados. Além disso, em linha com a estratégia de diversificação das fontes de receita, oferecemos à nossa ampla base de clientes de financiamento de veículos uma variedade de outros produtos. Entre essas ofertas, estão cartões de crédito, corretagem de seguros, empréstimos e financiamentos, como para placas de energia solar residencial.
- **Atacado e atividades com mercado** – Operações e serviços financeiros voltadas principalmente às instituições financeiras e clientes corporativos com faturamento anual acima de R\$ 300 milhões. As modalidades de produtos e serviços incluem: empréstimos e financiamentos, derivativos, comércio exterior, fianças bancárias, investimentos, pagamentos e serviços de cobrança. Também são considerados os resultados oriundos dos negócios associados às estratégias de venture capital e a margem financeira com o mercado, proveniente da atividade de negociação de instrumentos financeiros via posições proprietárias, da gestão de *gaps* entre ativos e passivos, entre outros.
- **Corporação** – Engloba investimentos em *run-off* da BV Empreendimento e Participações S.A., resultado financeiro gerado pelo excesso de capital, custos associados ao carregamento dos créditos tributários de prejuízo fiscal.

Informações referentes aos resultados de cada segmento estão incluídas a seguir. O desempenho é avaliado com base no resultado líquido recorrente do período.

a) Demonstração do resultado gerencial por segmento e conciliação do resultado gerencial por segmento com o resultado consolidado de acordo com as normas IFRS

	01.01 a 31.03.2026					
	Varejo	Atacado e atividades com mercado	Corporação	Consolidado gerencial	Ajustes e reclassificações ⁽¹⁾	Consolidado IFRS
Margem financeira	1.956.526	352.583	53.536	2.362.645	(480.610)	1.882.035
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável	(1.191.894)	(86.266)	(8.181)	(1.286.341)	317.470	(968.871)
Margem financeira líquida	764.632	266.317	45.355	1.076.304	(163.140)	913.164
Resultado líquido de serviços e comissões (Nota 30a)	688.714	55.837	(2.415)	742.136	(3.635)	738.501
Despesas de pessoal (Nota 31a)	(338.740)	(129.363)	(6.706)	(474.809)	12.705	(462.104)
Outras despesas administrativas (Nota 31b)	(352.960)	(77.905)	(19.157)	(450.022)	18.771	(431.251)
Despesas tributárias (Nota 25c)	(141.511)	(21.877)	62.365	(101.023)	(18)	(101.041)
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto (Nota 16a)	-	-	-	-	7.142	7.142
Outras receitas/despesas	(209.813)	(18.860)	(11.602)	(240.275)	15.491	(224.784)
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro	410.322	74.149	67.840	552.311	(112.684)	439.627
Impostos correntes e diferidos (Nota 25d.1)	(171.616)	(12.473)	109.995	(74.094)	76.724	2.630
Participação de não controladores	-	-	(1.125)	(1.125)	1.125	-
Participações nos Lucros e Resultados	-	-	(57.395)	(57.395)	-	(57.395)
Lucro Líquido	238.706	61.676	119.315	419.697	(34.835)	384.862

	01.01 a 31.03.2025					
	Varejo	Atacado e atividades com mercado	Corporação	Consolidado gerencial	Ajustes e reclassificações ⁽¹⁾	Consolidado IFRS
Margem financeira	1.936.527	380.527	52.780	2.369.834	(436.827)	1.933.007
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável	(867.536)	15.684	(16.202)	(868.054)	(149.271)	(1.017.325)
Margem financeira líquida	1.068.991	396.211	36.578	1.501.780	(586.098)	915.682
Resultado líquido de serviços e comissões (Nota 30a)	526.654	88.229	2.674	617.557	(5.519)	612.038
Despesas de pessoal (Nota 31a)	(321.755)	(135.722)	(9.058)	(466.535)	45.476	(421.059)
Outras despesas administrativas (Nota 31b)	(370.905)	(90.845)	(9.315)	(471.065)	8.374	(462.691)
Despesas tributárias (Nota 25c)	(147.710)	(26.216)	(25.042)	(198.968)	31	(198.937)
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto (Nota 16a)	-	-	-	-	(2.663)	(2.663)
Outras receitas/despesas	(185.480)	4.020	(61.354)	(242.814)	(52.961)	(295.775)
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro	569.795	235.677	(65.517)	739.955	(593.360)	146.595
Impostos correntes e diferidos (Nota 25d.1)	(243.087)	(90.753)	89.522	(244.318)	277.955	33.637
Participação de não controladores	-	-	(19.310)	(19.310)	19.310	-
Participações nos Lucros e Resultados	-	-	(67.054)	(67.054)	-	(67.054)
Lucro líquido	326.708	144.924	(62.359)	409.273	(296.095)	113.178

⁽¹⁾ Referem-se basicamente a diferenças de critérios contábeis entre o BRGAAP (BACEN) e o IFRS, tais como: diferenças de aglutinações e aberturas distintas das linhas da "Demonstração do resultado" e respectivos ajustes de GAAP (Nota 24g). Também inclui reclassificações entre linhas justificada por diferenças de alocações entre as visões gerenciais e contábeis.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Informações patrimoniais por segmento

	31.03.2026					
	Varejo	Atacado e atividades com mercado	Corporação	Consolidado gerencial	Ajustes e reclassificações ⁽¹⁾	Total ⁽²⁾
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (Nota 14a)	72.958.337	23.465.177	-	96.423.514	(13.465.583)	82.957.931
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (Nota 14a)	(10.162.430)	(470.496)	-	(10.632.926)	548.181	(10.084.745)
Ativos tributários diferidos (Nota 25a.2)	7.110.780	1.646.220	1.200.191	9.957.191	(217.945)	9.739.246
Total dos ativos	69.906.686	77.900.433	1.867.279	149.674.398	460.844	150.135.242
Total dos passivos	61.822.482	75.166.171	446	136.989.099	127.555	137.116.654
Participações de não controladores	-	-	9.751	9.751	(9.751)	-
Total do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores ⁽³⁾	8.084.205	2.734.262	1.866.833	12.685.300	333.288	13.018.588

	31.12.2025					
	Varejo	Atacado e atividades com mercado	Corporação	Consolidado gerencial	Ajustes e reclassificações ⁽¹⁾	Total ⁽²⁾
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (Nota 14a)	69.333.411	22.203.334	-	91.536.745	(11.892.007)	79.644.738
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (Nota 14a)	(9.428.119)	(330.254)	-	(9.758.373)	345.152	(9.413.221)
Ativos tributários diferidos (Nota 25a.2)	7.103.311	1.907.689	955.472	9.966.472	(241.320)	9.725.152
Total dos ativos	67.008.603	68.716.010	2.583.387	138.308.000	531.492	138.839.492
Total dos passivos	59.247.449	66.378.036	-	125.625.485	147.466	125.772.951
Participações de não controladores	-	-	9.678	9.678	(9.678)	-
Total do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores ⁽³⁾	7.761.154	2.337.974	2.583.387	12.682.515	384.026	13.066.541

⁽¹⁾ Esses valores decorrem de diferenças de critérios contábeis entre o BRGAAP (BACEN) e o IFRS, tais como: diferenças de aglutinações e aberturas distintas das linhas do "Balanço Patrimonial" e respectivos ajustes de GAAP (Nota 24g). Também inclui reclassificações entre linhas justificadas por diferenças de alocações entre as visões gerencial e contábil.

⁽²⁾ Em operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito, não inclui o ajuste a valor justo da carteira que é objeto de hedge.

⁽³⁾ No livro BRGAAP, considera a posição do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.03.2026	31.12.2025
Disponibilidades	564.518	581.141
Disponibilidades em moeda nacional	139.973	83.992
Disponibilidades em moeda estrangeira	424.545	497.149
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	826.919	161.013
Operações compromissadas	420.000	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	155.324	-
Aplicações em moedas estrangeiras	251.595	161.013
Total	1.391.437	742.154

9. APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

	31.03.2026	31.12.2025
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Aplicação em depósitos interfinanceiros	687.404	346.028
Total ⁽¹⁾	687.404	346.028
Ativo circulante	520.213	222.462
Ativo não circulante	167.191	123.566

⁽¹⁾ As rendas das aplicações interfinanceiras estão apresentadas em Receitas de juros (Nota 27).

10. DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

	31.03.2026	31.12.2025
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	3.338.548	2.743.828
Recursos a prazo	2.715.542	2.029.206
Operações de microfinanças	17.867	15.619
Pagamentos instantâneos	217.932	332.626
Depósitos de moeda eletrônica	387.207	366.377
Total	3.338.548	2.743.828
Ativo circulante	3.338.548	2.743.828

11. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE REVENDA

	31.03.2026	31.12.2025
Aplicações no mercado aberto	8.062.313	5.312.740
Revendas a liquidar - Posição bancada	2.835.681	2.497.903
Letras Financeiras do Tesouro	-	897.230
Letras do Tesouro Nacional	1.706.452	283.481
Notas do Tesouro Nacional	1.129.229	1.317.192
Revendas a liquidar - Posição financiada	1.224.883	1.418.376
Letras do Tesouro Nacional	592.343	964.466
Notas do Tesouro Nacional	610.060	192.917
Debêntures	22.480	-
Revendas a liquidar - Posição vendida	4.001.749	1.396.461
Letras Financeiras do Tesouro	-	-
Letras do Tesouro Nacional	3.887.882	1.394.992
Notas do Tesouro Nacional	113.867	1.469
Total ^{(1) (2)}	8.062.313	5.312.740
Ativo circulante	8.062.313	5.312.740

⁽¹⁾ Os saldos dessas aplicações podem variar substancialmente em períodos comparativos, em razão das estratégias adotadas sobre as operações com acordo de revenda.

⁽²⁾ As rendas das aplicações com acordo de revenda estão apresentadas em Receitas de juros (Nota 27).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

12. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	31.03.2026				31.12.2025			
	Circulante	Não circulante	Total	% Carteira	Circulante	Não circulante	Total	% Carteira
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	6.220.678	12.681.576	18.902.254	45,0 %	2.039.868	15.145.645	17.185.513	41,0 %
2 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.822.455	4.078.901	5.901.356	14,0 %	1.749.997	9.664.886	11.414.883	27,0 %
3 - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	4.070.647	13.353.359	17.424.006	41,0 %	2.497.922	10.953.357	13.451.279	32,0 %
Valor contábil da carteira	12.113.780	30.113.836	42.227.616	100,0 %	6.287.787	35.763.888	42.051.675	100 %



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

	31.03.2026								31.12.2025		
	Valor contábil / justo					Total			Total		
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor contábil/ justo	Ajuste ao valor justo	Valor de custo	Valor contábil/ justo	Ajuste ao valor justo
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	146.386	4.753.303	1.320.989	11.855.495	826.081	18.973.003	18.902.254	(70.750)	17.252.287	17.185.513	(66.774)
 Títulos públicos	-	4.742.957	1.033.121	9.065.339	351.206	15.200.576	15.192.623	(7.954)	13.956.547	13.947.420	(9.127)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	541.572	397.615	-	938.964	939.187	223	7.749.907	7.750.395	488
Letras do Tesouro Nacional	-	4.742.957	-	7.256.847	29.027	12.040.775	12.028.831	(11.944)	4.828.955	4.819.572	(9.383)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	491.549	1.410.877	322.179	2.220.837	2.224.605	3.767	1.377.685	1.377.453	(232)
 Títulos privados	146.386	10.346	287.868	2.790.156	474.875	3.772.427	3.709.631	(62.796)	3.295.740	3.238.093	(57.647)
Ações	9.526	-	-	-	-	9.585	9.526	(59)	9.892	9.833	(59)
Debêntures	-	10.346	-	168.795	90.189	269.132	269.330	198	222.747	224.742	1.995
Cotas de fundos de investimentos	111.297	-	240.196	2.394.499	197.606	2.986.143	2.943.598	(42.545)	2.530.782	2.496.455	(34.327)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	154.574	-	154.171	154.574	403	167.374	165.765	(1.609)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	25.563	-	47.672	72.288	187.080	353.396	332.603	(20.793)	344.937	321.290	(23.647)
Notas Comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-	20.008	20.008	-
2 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	246.566	858.124	717.765	2.231.371	1.847.530	5.775.525	5.901.356	125.832	11.277.770	11.414.883	137.113
 Títulos públicos	-	674.203	467.498	869.030	1.631.827	3.703.416	3.642.558	(60.858)	7.340.139	7.288.868	(51.271)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	2.700.579	2.700.852	273
Letras do Tesouro Nacional	-	-	244.309	70.176	-	315.313	314.485	(828)	1.032.533	1.036.521	3.988
Notas do Tesouro Nacional	-	-	223.189	532.467	747.657	1.574.569	1.503.313	(71.256)	1.602.062	1.515.828	(86.234)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	674.203	-	266.387	884.170	1.813.534	1.824.760	11.226	2.004.965	2.035.667	30.702
 Títulos privados	246.566	183.921	250.267	1.362.341	215.703	2.072.109	2.258.798	186.690	3.937.631	4.126.015	188.384
Debêntures	-	183.921	166.773	1.317.214	-	1.635.743	1.667.908	32.165	3.512.883	3.515.832	2.949
Ações ⁽¹⁾	236.298	-	-	3.538	-	123.308	239.836	116.528	123.308	239.836	116.528
Instrumentos conversíveis em ações ⁽¹⁾	-	-	-	20.399	-	34.275	20.399	(13.875)	34.275	20.399	(13.876)
Cotas de fundos de investimentos ⁽¹⁾	10.268	-	-	-	-	10.268	10.268	-	10.821	10.821	-
Notas comerciais	-	-	-	21.190	-	21.192	21.190	(2)	21.071	21.071	-
Letras financeiras	-	-	25.239	-	-	25.261	25.239	(22)	-	45.808	45.808
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	58.255	-	215.703	222.062	273.958	51.896	235.273	272.248	36.975
3 - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ⁽²⁾	-	1.049.742	3.020.905	13.303.739	49.620	17.424.006	17.424.006	-	13.451.279	13.451.279	-
 Títulos públicos	-	521.738	2.341.523	6.114.731	-	8.977.992	8.977.992	-	7.683.831	7.683.831	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	312.172	3.893.673	-	4.205.845	4.205.845	-	4.150.861	4.150.861	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	2.029.351	695.365	-	2.724.716	2.724.716	-	2.774.618	2.774.618	-
Notas do governo de outros países	-	521.738	-	1.525.693	-	2.047.431	2.047.431	-	758.352	758.352	-
 Títulos privados	-	528.004	679.382	7.189.008	49.620	8.446.014	8.446.014	-	5.767.448	5.767.448	-
Debêntures	-	20.553	7.747	2.540.809	-	2.569.109	2.569.109	-	358.458	358.458	-
Cédulas de Produto Rural - Commodities	-	59.249	436.391	3.105.346	49.620	3.650.606	3.650.606	-	3.239.086	3.239.086	-
Letras financeiras	-	298.814	22.965	-	-	321.779	321.779	-	300.493	300.493	-
Notas comerciais	-	149.388	212.279	1.440.906	-	1.802.573	1.802.573	-	1.747.705	1.747.705	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	33.785	-	33.785	33.785	-	33.783	33.783	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	68.162	-	68.162	68.162	-	87.923	87.923	-
Total (1 + 2 + 3)	392.952	6.661.169	5.059.659	27.390.605	2.723.231	42.172.534	42.227.616	55.082	41.981.336	42.051.675	70.339

⁽¹⁾ Trata-se de fundos de investimento cujos ativos foram, de forma irrevogável, classificados como "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" (VJORA), conforme a faculdade prevista na norma aplicável.

⁽²⁾ Estes ativos financeiros não são mensurados a valor justo. O valor justo desses instrumentos está apresentado na nota explicativa [35.2.b.vii](#).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

c) Movimentação das perdas esperadas para os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e pelo custo amortizado, segregadas por estágios:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Perda esperada 31/12/2025	Constituição / (reversão)	Perda esperada 31/03/2026	% em 31/12/2025	% em 31/03/2026
Estágio 1					
Debêntures	9.582	(7.319)	2.263		
Letras Financeiras	22	(22)	-		
Total	9.604	(7.341)	2.263	5,5 %	1,5 %
Estágio 3					
Certificado de Recebíveis Imobiliários	151.597	(212)	151.385		
Debêntures	14.111	(14.111)	-		
Total	165.708	(14.323)	151.385	94,5 %	98,5 %
Resumo dos estágios					
Debêntures	23.693	(21.430)	2.263		
Letras Financeiras	22	(22)	-		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	151.597	(212)	151.385		
Total	175.312	(21.664)	153.648	100 %	100 %



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Perda esperada 31/12/2025	Constituição / (reversão)	Aquisições ⁽¹⁾	Liquidações	Transferência entre estágios ⁽²⁾	Perda esperada 31/03/2026	% em 31/12/2025	% em 31/03/2026
Estágio 1								
Cédulas de produto rural	11.852	(783)	3.396	(1.417)	(81)	12.967		
Notas comerciais	7.269	(314)	1.513	(1.051)	(139)	7.278		
Debêntures	6.852	7.107	955	(164)	(181)	14.569		
Letras financeiras	234	17	140	(128)	-	263		
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	308	-	-	-		308		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	232	(6)	-	-		226		
Total	26.747	6.021	6.004	(2.760)	(401)	35.611	20,4 %	16,6 %
Estágio 2								
Cédulas de produto rural	3.916	526	-	-	(3.738)	704		
Notas comerciais	33.267	214	-	-	(32.821)	660		
Debêntures	8.703	8	40	-	(3.709)	5.042		
Total	45.886	748	40	-	(40.268)	6.406	35,0 %	3,0 %
Estágio 3								
Cédulas de produto rural	46.865	16.547	-	-	3.819	67.231		
Notas comerciais	-	41.761	-	-	32.960	74.721		
Debêntures	11.592	15.139	291	-	3.890	30.912		
Total	58.457	73.447	291	-	40.669	172.864	44,6 %	80,4 %
Resumo dos 3 estágios								
Cédulas de produto rural	62.633	16.290	3.396	(1.417)	-	80.902		
Notas comerciais	40.536	41.661	1.513	(1.051)	-	82.659		
Debêntures	27.147	22.254	1.286	(164)	-	50.523		
Letras financeiras	234	17	140	(128)	-	263		
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	308	-	-	-	-	308		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	232	(6)	-	-	-	226		
Total	131.090	80.216	6.335	(2.760)	-	214.881	100,0 %	100,0 %



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Resumo dos 3 estágios	Perda esperada 31/12/2025	Constituição / (reversão)	Aquisições ⁽¹⁾	Liquidações	Transferência entre estágios ⁽²⁾	Perda esperada 31/03/2026	% em 31/12/2025	% em 31/03/2026
Por categoria:								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	175.312	(21.664)	-	-	-	153.648	57,2 %	41,7 %
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	131.090	80.216	6.335	(2.760)	-	214.881	42,8 %	58,3 %
Total	306.402	58.552	6.335	(2.760)	-	368.529	100 %	100 %
Por estágio:								
Estágio 1	36.351	(1.320)	6.004	(2.760)	(401)	37.874	11,9 %	10,3 %
Estágio 2	45.886	748	40	-	(40.268)	6.406	15,0 %	1,7 %
Estágio 3	224.165	59.124	291	-	40.669	324.249	73,2 %	88,0 %
Total	306.402	58.552	6.335	(2.760)	-	368.529	100 %	100 %
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Perda esperada 31/12/2024	Constituição / (reversão)	Aquisições ⁽¹⁾	Liquidações	Transferência entre estágios ⁽²⁾	Perda esperada 31/12/2025	% em 31/12/2024	% em 31/12/2025
Estágio 1								
Debêntures	14.823	(363)	2.235	(7.113)	-	9.582		
Letras Financeiras	58	-	-	(36)	-	22		
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	170	-	-	(170)	-	-		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	317	-	-	(317)	-	-		
<i>Eurobonds</i>	282	-	-	(282)	-	-		
Total	15.650	(363)	2.235	(7.918)	-	9.604	4,3 %	5,5 %
Estágio 3								
Certificado de Recebíveis Imobiliários	172.609	(21.012)	-	-	-	151.597		
Debêntures	173.912	(8.055)	-	(151.746)	-	14.111		
Total	346.521	(29.067)	-	(151.746)	-	165.708	95,7 %	94,5 %
Resumo dos estágios								
Debêntures	188.735	(8.418)	2.235	(158.859)	-	23.693		
Letras Financeiras	58	-	-	(36)	-	22		
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	170	-	-	(170)	-	-		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	172.926	(21.012)	-	(317)	-	151.597		
<i>Eurobonds</i>	282	-	-	(282)	-	-		
Total	362.171	(29.430)	2.235	(159.664)	-	175.312	100,0 %	100,0 %



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

(1) Contempla operações que migraram entre estágios no período.

(2) Trata-se da provisão para perdas reconhecidas anteriormente a transferência entre os estágios.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Perda esperada 31/12/2024	Constituição / (reversão)	Aquisições ⁽¹⁾	Liquidações	Transferência entre estágios ⁽²⁾	Perda esperada 31/12/2025	% em 31/12/2024	% em 31/12/2025
Estágio 1								
Cédulas de produto rural	10.234	(1.794)	7.568	(3.690)	(466)	11.852		
Notas comerciais	7.943	(3.324)	4.022	(3.403)	2.031	7.269		
Debêntures	479	(2.226)	9.286	-	(687)	6.852		
Letras financeiras	-	1	233	-	-	234		
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	308	-		308		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	81	151	-		232		
Total	18.656	(7.262)	21.568	(7.093)	878	26.747	27,2%	20,4%
Estágio 2								
Cédulas de produto rural	719	309	3.480	(719)	127	3.916		
Notas comerciais	2.786	792	32.330	(610)	(2.031)	33.267		
Debêntures	-	2.208	5.808	-	687	8.703		
Total	3.505	3.309	41.618	(1.329)	(1.217)	45.886	5,1%	35,0%
Estágio 3								
Cédulas de produto rural	27.281	37.833	8.693	(27.281)	339	46.865		
Notas comerciais	19.192	-	-	(19.192)	-	-		
Debêntures	-	19.647	-	(8.055)	-	11.592		
Total	46.473	57.480	8.693	(54.528)	339	58.457	67,7%	44,6%
Resumo dos 3 estágios								
Cédulas de produto rural	38.234	36.348	19.741	(31.690)	-	62.633		
Notas comerciais	29.921	(2.532)	36.352	(23.205)	-	40.536		
Debêntures	479	19.629	15.094	(8.055)	-	27.147		
Letras financeiras	-	1	233	-	-	234		
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	308	-	-	308		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	81	151	-	-	232		
Total	68.634	53.527	71.879	(62.950)	-	131.090	100%	100%



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Resumo dos 3 estágios	Perda esperada 31/12/2024	Constituição / (reversão)	Aquisições ⁽¹⁾	Liquidações	Transferência entre estágios ⁽²⁾	Perda esperada 31/12/2025	% em 31/12/2025	% em 31/12/2025
Por categoria:								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	362.171	(29.430)	2.235	(159.664)	-	175.312	84,1%	57,2%
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	68.634	53.527	71.879	(62.950)	-	131.090	15,9%	42,8%
Total	430.805	24.097	74.114	(222.614)	-	306.402	100,0%	100,0%
Por estágio:								
Estágio 1	34.306	(7.625)	23.803	(15.011)	878	36.351	8,0%	11,9%
Estágio 2	3.505	3.309	41.618	(1.329)	(1.217)	45.886	0,8%	15,0%
Estágio 3	392.994	28.413	8.693	(206.274)	339	224.165	91,2%	73,2%
Total	430.805	24.097	74.114	(222.614)	-	306.402	100,0%	100,0%

⁽¹⁾ Contempla operações que migraram entre estágios no período.

⁽²⁾ Corresponde ao montante de provisão para perdas reconhecidas anteriormente a transferência entre os estágios.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O conglomerado se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge*, de risco de mercado e de fluxo de caixa, e negociação, ambas com limites e alçadas na companhia.

A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está alinhada às análises macroeconômicas e conta com a aprovação da Administração. No mercado de opções, as posições ativas (compradas) têm o conglomerado como titular, enquanto as posições passivas (vendas) o têm como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente, e as decisões são tomadas com base na melhor relação risco-retorno, considerando estimativas de perdas por meio de análise de cenários.

O conglomerado dispõe de ferramentas e sistemas específicos para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, sejam padronizados ou não, está condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é realizada individualmente, enquanto o gerenciamento ocorre de forma consolidada.

Para mensuração de riscos, inclusive os relacionados a derivativos, são utilizadas metodologias estatísticas e de simulação, como modelos de valor em risco (VaR), análises de sensibilidade e testes de estresse.

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por indexador	31.03.2026			31.12.2025		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Contratos de futuros						
Compromissos de compra	16.927.501	-	-	11.927.628	-	-
DI	10.917.237	-	-	5.877.994	-	-
Moedas	2.362.193	-	-	1.376	-	-
Índice	1.366.003	-	-	4.128.391	-	-
Cupom cambial	2.001.208	-	-	1.457.458	-	-
Outros	280.860	-	-	462.409	-	-
Compromissos de venda	72.175.837	-	-	64.161.152	-	-
DI	61.613.465	-	-	40.621.437	-	-
Moedas	2.177.309	-	-	11.217.900	-	-
Índice	1.457.263	-	-	1.832.589	-	-
Cupom cambial	6.914.461	-	-	10.183.046	-	-
Outros	13.339	-	-	306.180	-	-
2 - Operações a termo						
Posição ativa	2.811.766	2.811.766	2.806.566	729.453	729.453	719.263
Termo de moeda	479.707	479.707	474.507	729.453	729.453	719.263
Termo de títulos públicos	2.332.059	2.332.059	2.332.059	-	-	-
Posição passiva	2.811.766	(2.811.766)	(2.791.942)	729.453	(729.453)	(705.799)
Termo de moeda	479.707	(479.707)	(460.116)	729.453	(729.453)	(705.799)
Termo de títulos públicos	2.332.059	(2.332.059)	(2.331.826)	-	-	-
3 - Contratos de opções						
De compra – Posição comprada	740.250	14.238	14.422	1.243.137	45.688	22.805
Moeda estrangeira	106.000	1.077	576	672.125	33.858	11.648
Opções Flexíveis	634.250	13.161	13.846	571.012	11.830	11.157
De venda – Posição comprada	10.232.250	10.582	11.467	10.129.750	9.943	5.910
DI	9.986.000	5.567	-	9.986.000	5.567	355
Moeda estrangeira	246.250	5.015	11.467	143.750	4.376	5.555
De compra – Posição vendida	585.013	(27.003)	(14.659)	1.168.750	(48.921)	(18.309)
Moeda estrangeira	585.013	(27.003)	(14.659)	1.168.750	(48.921)	(18.309)
Opções Flexíveis	-	-	-	-	-	-
De venda – Posição vendida	10.414.908	(18.617)	(23.396)	10.463.892	(17.286)	(14.586)
DI	9.986.000	(5.456)	-	9.986.000	(5.456)	(188)
Moeda estrangeira	-	-	-	477.892	(11.830)	(14.398)
Opções Flexíveis	428.908	(13.161)	(23.396)	-	-	-
4 - Contratos de swaps ^{(1) (2)}						
Posição ativa	12.583.201	420.864	535.953	11.931.443	416.815	516.962
DI	9.423.294	326.863	419.056	6.740.966	270.601	323.016
Moeda estrangeira	727.533	49.062	65.757	1.081.349	100.080	129.822
Pré-fixado	2.432.374	44.939	51.140	4.109.128	46.134	64.124
Posição passiva	17.461.851	(990.080)	(1.261.513)	13.924.031	(714.704)	(974.152)
DI	10.589.327	(282.651)	(430.393)	6.651.100	(237.577)	(377.822)
Moeda estrangeira	1.037.333	(74.761)	(144.602)	1.733.660	(156.008)	(233.459)
Pré-fixado	4.997.038	(549.913)	(616.765)	5.250.879	(262.600)	(321.949)
IPCA	838.153	(82.755)	(69.753)	288.392	(58.519)	(40.922)
5 - Contratos de câmbio						
Posição ativa	3.362.946	3.390.392	3.384.928	2.080.597	2.105.042	2.105.184
Câmbio comprado a liquidar	2.377.104	2.402.157	2.396.702	1.557.684	1.581.435	1.581.480
Direitos sobre vendas de câmbio	985.842	988.235	988.226	522.913	523.607	523.704
Posição passiva	3.395.801	(3.425.432)	(3.422.142)	2.067.638	(2.092.458)	(2.092.278)
Câmbio vendido a liquidar	2.223.303	(2.222.384)	(2.219.094)	907.779	(908.477)	(908.297)
Obrigações por compras de câmbio	1.172.498	(1.203.048)	(1.203.048)	1.159.859	(1.183.981)	(1.183.981)
6 - Outros instrumentos financeiros derivativos						
Posição ativa	21.976.080	266.527	156.913	23.830.832	177.298	170.724
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira ⁽¹⁾	21.976.080	266.527	156.913	23.830.832	177.298	170.724
Posição passiva	2.466.850	(998.081)	(491.534)	3.269.659	(493.986)	(234.423)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira ⁽¹⁾	2.466.850	(998.081)	(491.534)	3.269.659	(493.986)	(234.423)
Total ativo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	68.633.994	6.914.369	6.910.249	61.872.840	3.484.239	3.540.848
Total passivo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	106.500.260	(8.270.979)	(8.005.186)	95.055.122	(4.096.808)	(4.039.547)

⁽¹⁾ O valor justo das operações de swap e non deliverable forward - moeda estrangeira contemplam o risco de crédito próprio no montante de R\$ 3.206 (ajuste de spread de crédito).

⁽²⁾ A apresentação dos contratos de swap por posição (ativa ou passiva) leva em consideração o respectivo valor justo de cada contrato.

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em dias	31.03.2026					31.12.2025
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Total	
Contratos futuros	11.563.768	22.270.432	15.653.309	39.615.829	89.103.338	76.088.780
Contratos a termo	30.153	208.176	198.154	2.375.283	2.811.766	729.453
Contratos de opções	20.201.365	605.585	533.422	632.049	21.972.421	23.005.529
Contratos de swaps	352.119	4.115.623	4.978.834	20.598.476	30.045.052	25.855.474
Contratos de câmbio	4.745.034	1.392.174	439.946	181.593	6.758.747	4.148.235
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	4.771.349	9.180.180	6.721.764	3.769.637	24.442.930	27.100.491
Total	41.663.788	37.772.170	28.525.429	67.172.867	175.134.254	156.927.962

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial)

	31.03.2026						
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Contratos de câmbio	Non Deliverable Forward	Total
Bolsa de valores	89.103.338	-	20.909.263	-	-	-	110.012.601
Balcão	-	2.811.766	1.063.158	30.045.052	6.758.747	24.442.930	65.121.653
Inst. do mercado financeiro	-	2.811.766	-	22.541.818	6.445.311	13.633.911	45.432.806
Clientes	-	-	1.063.158	7.503.234	313.436	10.809.019	19.688.847

	31.12.2025						
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Contratos de câmbio	Non Deliverable Forward	Total
Bolsa de valores	76.088.780	-	21.956.625	-	-	-	98.045.405
Balcão	-	729.453	1.048.904	25.855.474	4.148.235	27.100.491	58.882.557
Inst. do mercado financeiro	-	729.453	-	18.339.400	3.963.174	15.870.617	38.902.644
Clientes	-	-	1.048.904	7.516.074	185.061	11.229.874	19.979.913

d) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos e outras operações liquidadas em câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação

	31.03.2026	31.12.2025
Letras Financeiras do Tesouro	178.678	566.335
Letras do Tesouro Nacional	118.352	88.113
Notas do Tesouro Nacional	1.623.487	1.527.332
Cotas do fundo de investimento liquidez da câmara B3	76.852	85.331
Outros	61.499	59.432
Total	2.058.868	2.326.543

e) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.03.2026			31.12.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	431.283	2.375.283	2.806.566	719.263	-	719.263
Mercado de opções	13.157	12.732	25.889	21.094	7.621	28.715
Contratos de swaps	295.772	240.181	535.953	250.165	266.797	516.962
Contratos de câmbio	3.295.246	89.682	3.384.928	2.044.754	60.430	2.105.184
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	133.907	23.006	156.913	94.286	76.438	170.724
Total	4.169.365	2.740.884	6.910.249	3.129.562	411.286	3.540.848
Passivo						
Operações de termo	(414.954)	(2.376.988)	(2.791.942)	(705.799)	-	(705.799)
Mercado de opções	(20.387)	(17.668)	(38.055)	(10.174)	(22.721)	(32.895)
Contratos de swaps	(293.139)	(968.374)	(1.261.513)	(254.112)	(720.040)	(974.152)
Contratos de câmbio	(3.514.053)	91.911	(3.422.142)	(2.033.128)	(59.150)	(2.092.278)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(401.157)	(90.377)	(491.534)	(225.467)	(8.956)	(234.423)
Total	(4.643.690)	(3.361.496)	(8.005.186)	(3.228.680)	(810.867)	(4.039.547)

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge accounting

O conglomerado utiliza relações de *hedge* dos tipos: *Hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa.

Essas estratégias são realizadas nas categorias de risco de taxa de juros e cambial.

Os riscos protegidos e os seus limites são definidos no Comitê de *Asset Liability Management* (ALM). O conglomerado determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos se mova em sentidos opostos e nas mesmas proporções.

O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As fontes de inefetividade são decorrentes do descasamentos de prazos entre os instrumentos e objetos de *hedge*.

Para as operações de crédito os efeitos oriundos da provisão para perdas por redução ao valor recuperável são excluídos do resultado de efetividade, dado que o risco de crédito não é objeto de *hedge*.

Hedge de risco de mercado (Hedge de valor justo)

O conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo, da seguinte maneira:

- *Hedge* de operações de crédito e de letras financeiras com risco em taxa pré-fixada são protegidos com contratos futuros de DI.

Itens objeto de <i>hedge</i>	31.03.2026					
	Rubrica do balanço	Valor contábil do objeto de <i>hedge</i>		Ajuste ao valor justo do objeto de <i>hedge</i>		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	
Risco de taxa de juros						
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	20.086.457	-	(234.756)	-	473.499
<i>Hedge</i> de letras financeiras subordinadas perpétuas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Títulos emitidos	-	354.782	-	(83.924)	(6.761)
Total		20.086.457	354.782	(234.756)	(83.924)	466.738
	31.12.2025					
Risco de taxa de juros						
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	19.579.583	-	(175.496)	-	3.930.593
<i>Hedge</i> de letras financeiras subordinadas perpétuas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Títulos emitidos	-	352.585	-	(77.331)	(96.052)
Total		19.579.583	352.585	(175.496)	(77.331)	3.834.541

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de *hedge*, que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge*, resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

Para as estratégias de operações de crédito, o conglomerado reestabelece a relação de cobertura dado que, tanto o item protegido, quanto os instrumentos, são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de *hedge*. Isso se deve ao fato de se tratarem de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas por alçada competente.

Instrumentos de <i>hedge</i>	31.03.2026			
	Valor referencial		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado ⁽²⁾
	Ativos	Passivos		
Risco de taxa de juros				
Futuro DI	468.895	18.921.638	(462.008)	4.740
Total	468.895	18.921.638	(462.008)	4.740
	31.12.2025			
Risco de taxa de juros				
Futuro DI	468.551	18.503.667	(3.861.452)	(26.910)
Total	468.551	18.503.667	(3.861.452)	(26.910)

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge*, que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge*, resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base acumulada para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de *hedge*.

Nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, não houve desmonte de operações e nenhum efeito no resultado foi produzido, pois a amortização de desmontes anteriores já havia sido concluída.

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o conglomerado negociou contratos de Futuro DI na B3.

Para proteger os fluxos de recebimentos futuros de títulos soberanos emitidos pela República Federativa do Brasil no exterior e outros títulos emitidos no exterior contra a exposição ao risco cambial (USD e EUR), o conglomerado negociou contratos de *swap* em mercado de balcão, registrados na B3.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Itens objeto de <i>hedge</i>	31.03.2026				
	Rubrica do balanço	Valor contábil		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa
		Ativos	Passivos		
Risco de taxa de juros					
<i>Hedge</i> de letras financeiras	Títulos emitidos	-	15.895.793	(142.574)	55.515
Risco de variação cambial					
<i>Hedge</i> de títulos da dívida externa brasileira	Títulos e valores mobiliários	884.170	-	84.895	(61.433)
<i>Hedge</i> de obrigações com TVM no exterior	Títulos emitidos	-	3.315.451	464.523	(51.675)
<i>Hedge</i> de obrigações por empréstimos no exterior	Obrigações por empréstimos e repasses	-	1.261.958	127.053	(9.281)
Total		884.170	20.473.202	533.897	(66.874)
	31.12.2025				
Risco de taxa de juros					
<i>Hedge</i> de letras financeiras	Títulos emitidos	-	16.836.741	(28.106)	(28.608)
Risco de variação cambial					
<i>Hedge</i> de títulos da dívida externa brasileira	Títulos e valores mobiliários	908.059	-	142.361	(71.606)
<i>Hedge</i> de obrigações com TVM no exterior	Títulos emitidos	-	-	193.923	(46.003)
<i>Hedge</i> de obrigações por empréstimos no exterior	Obrigações por empréstimos e repasses	-	1.628.708	86.768	(6.928)
Total		908.059	18.465.449	394.946	(153.145)

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de *hedge*, que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge*, resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

Instrumentos de <i>hedge</i>	31.03.2026				
	Valor contábil		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Variação no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecido em outros resultados abrangentes	Inefetividade de <i>hedge</i> ⁽²⁾
	Ativos	Passivos			
Risco de taxa de juros					
Futuros DI	21.389.700	-	141.811	-	26
Risco de variação cambial					
<i>Swap</i> ^{(3) (4) (5)}	4.577.409	884.170	(673.932)	2.148	-
Total	25.967.109	884.170	(532.121)	2.148	26
	31.12.2025				
Risco de taxa de juros					
Futuros DI	20.368.983	-	28.015	(43.472)	26
Risco de variação cambial					
<i>Swap</i> ^{(3) (4) (5)}	4.660.727	937.891	(421.644)	(86.891)	(2)
Total	25.029.710	937.891	(393.629)	(130.363)	24

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base acumulada para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de *hedge*.

⁽³⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de obrigações com TVM no exterior é de R\$ 6.891.154 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025).

⁽⁴⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de títulos da dívida externa brasileira é de R\$ 925.636 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025).

⁽⁵⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de obrigações por empréstimos no exterior é de R\$ 2.255.628 em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025).

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

No período findo em 31 de março de 2026, o ajuste ao valor justo da parcela efetiva, no montante de R\$ 2.148 (R\$ 60.157 no período findo em 31 de março de 2025), foi reconhecida no Patrimônio Líquido e a parcela inefetiva, no montante de R\$ (321) (R\$ (99) em 31 de março de 2025) foi reconhecida no resultado em "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

As perdas líquidas dos efeitos fiscais relativas ao *hedge* de fluxo de caixa que o conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ (25.945) (ganhos líquidos de R\$ 9.532 no período findo em 31 de março de 2025).

Algumas operações deixaram de ser qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa e o saldo correspondente ao ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge* existente na data do encerramento do *hedge* contábil passou a ser diferido pelo prazo contratual dessas operações. Em 31 de março de 2026, o valor bruto acumulado em Outros Resultados Abrangentes referente a estratégias descontinuadas é de R\$ 87.965 (R\$ 91.698 em 31 de dezembro de 2025) e o montante dessa reserva que afetou o resultado bruto do período é de R\$ 3.733 nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2026.

g) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Contratos de <i>swap</i>	(155.520)	(36.256)
Contratos a termo	4.328	(14.535)
Contratos de opções	5.686	(1.236)
Contratos de futuros	729.848	(493.791)
Contratos de câmbio	(675.809)	(440.563)
Derivativos de crédito	-	(7.794)
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros objeto de <i>hedge</i>	(64.808)	553.262
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	(448.699)	(311.145)
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	(116.175)	(153.532)
Total	(721.149)	(905.590)

14. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Carteira por modalidade

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Operações de crédito		79.734.170	76.551.013
Pessoas físicas		73.171.502	69.592.291
Empréstimos		5.929.923	5.575.721
Financiamentos		61.665.333	58.453.113
Crédito consignado		284.713	332.510
Cartão de crédito		5.291.533	5.230.947
Pessoas jurídicas		6.562.668	6.958.722
Outras operações com características de concessão de crédito		3.090.219	2.974.007
Operações de arrendamento mercantil financeiro		133.542	119.718
Total de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (saldo bruto)	14f	82.957.931	79.644.738
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	14g	(10.084.745)	(9.413.221)
Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾		(234.756)	(175.496)
Total de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (saldo líquido)		72.638.430	70.056.021
Ativo circulante		42.678.474	41.255.944
Ativo não circulante		29.959.956	28.800.077

⁽¹⁾ Os valores que compõem o saldo de ajuste a valor justo referem-se a carteira de operações de crédito que é objeto de *hedge* e faz parte de estrutura de *hedge accounting*.

b) Carteira por setores de atividade econômica

	31.03.2026	%	31.12.2025	%
Setor privado	82.957.931	100,00 %	79.644.738	100,00 %
Pessoa física ⁽¹⁾	72.388.026	87,26 %	68.781.527	86,36 %
Pessoa jurídica	10.569.905	12,74 %	10.863.211	13,64 %
Açúcar e etanol	1.003.040	1,21 %	1.092.460	1,37 %
Agronegócio	1.535.336	1,85 %	1.641.280	2,06 %
Atividades específicas da construção	142.358	0,17 %	157.720	0,20 %
Automotivo	351.980	0,42 %	436.572	0,55 %
Comércio atacadista e indústrias diversas	1.829.342	2,21 %	1.985.310	2,49 %
Comércio varejista	648.009	0,78 %	617.642	0,78 %
Construção pesada	80.819	0,10 %	72.586	0,09 %
Cooperativas	1.041.645	1,26 %	1.268.326	1,59 %
Energia elétrica	149.287	0,18 %	166.692	0,21 %
Instituições e serviços financeiros	354.752	0,43 %	102.111	0,13 %
Madeireiro e moveleiro	69.371	0,08 %	59.002	0,07 %
Mineração e metalurgia	78.374	0,09 %	125.034	0,16 %
Papel e celulose	112.486	0,14 %	93.300	0,12 %
Pequenas e médias empresas ⁽²⁾	231.362	0,28 %	227.322	0,29 %
Químico	233.441	0,28 %	233.740	0,29 %
Serviços	950.541	1,15 %	826.430	1,04 %
Telecomunicações	110.642	0,13 %	98.730	0,12 %
Têxtil e confecções	154.433	0,19 %	208.410	0,26 %
Transportes	396.778	0,48 %	365.942	0,46 %
Demais atividades	1.095.909	1,32 %	1.084.602	1,36 %
Total da carteira de crédito	82.957.931	100,00 %	79.644.738	100,00 %

⁽¹⁾ Contempla operações de crédito e títulos com características de concessão de crédito.

⁽²⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizada com pequenas e médias empresas.

c) Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (redução ao valor recuperável)

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	(1.107.818)	(1.213.335)
Operações de crédito	(1.093.733)	(1.188.791)
Outros créditos com características de concessão de crédito	(14.085)	(24.544)
Rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	59.283	155.247
Operações de crédito	59.283	155.247
Total de (provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	(1.048.535)	(1.058.088)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	137.530	(3.078)
Garantias financeiras prestadas	-	178
Compromissos de crédito	137.971	(1.673)
Outros riscos	(441)	(1.583)
Total de outras (provisões) / reversões de provisões associadas ao risco de crédito	137.530	(3.078)
Total	(911.005)	(1.061.166)

⁽¹⁾ As respectivas provisões estão apresentadas no passivo em "Provisões para perda esperada" (Nota 14g).

d) Carteira por prazos de vencimento

	31.03.2026	31.12.2025
Vencidas a partir de 1 dia de atraso ⁽¹⁾	4.505.690	3.868.223
A vencer em até 90 dias	14.289.426	14.002.179
A vencer de 91 a 360 dias	27.953.254	27.170.090
A vencer acima de 360 dias	36.209.561	34.604.246
Total de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (saldo bruto) ⁽²⁾	82.957.931	79.644.738

⁽¹⁾ Contempla apenas o saldo das parcelas vencidas, não incluindo as parcelas vincendas do mesmo contrato que se encontram adimplentes.

⁽²⁾ Não inclui ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado.

e) Concentração das operações de crédito

	31.03.2026	% da carteira	31.12.2025	% da carteira
Maior devedor	234.126	0,30 %	246.130	0,30 %
10 Maiores devedores	1.418.041	1,50 %	1.458.843	1,70 %
20 Maiores devedores	2.392.789	2,60 %	2.384.172	2,70 %
50 Maiores devedores	4.100.587	4,40 %	4.185.582	4,80 %
100 Maiores devedores	5.769.724	6,30 %	5.981.636	6,80 %

f) Valor contábil bruto ⁽¹⁾ (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito)

Reconciliação do valor contábil bruto, segregado por estágios:

Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Concessões / (liquidações) ⁽²⁾	Saldo em 31/03/2026 ³
Operações de crédito	63.676.080	1.055.491	71.337	(2.599.349)	(380.703)	4.568.759	66.391.615
Pessoas físicas	57.131.095	1.055.491	71.337	(2.456.707)	(361.273)	4.815.321	60.255.264
Financiamentos	48.598.854	707.491	61.731	(1.994.995)	(274.225)	4.354.856	51.453.712
Outros	8.532.241	348.000	9.606	(461.712)	(87.048)	460.465	8.801.552
Pessoas jurídicas	6.544.985	-	-	(142.642)	(19.430)	(246.562)	6.136.351
Outras operações com características de concessão de crédito	2.832.572	-	-	(20.934)	(25.011)	96.476	2.883.103
Operações de arrendamento mercantil financeiro	119.718	-	-	-	-	13.824	133.542
Total	66.628.370	1.055.491	71.337	(2.620.283)	(405.714)	4.679.059	69.408.260

Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Concessões / (liquidações) ⁽¹⁾	Saldo em 31/03/2026
Operações de crédito	4.774.922	2.599.349	23.273	(1.055.491)	(1.368.855)	(126.468)	4.846.730
Pessoas físicas	4.671.830	2.456.707	23.273	(1.055.491)	(1.350.762)	(84.973)	4.660.584
Financiamentos	3.701.584	1.994.995	11.778	(707.491)	(1.025.399)	(144.030)	3.831.437
Outros	970.246	461.712	11.495	(348.000)	(325.363)	59.057	829.147
Pessoas jurídicas	103.092	142.642	-	-	(18.093)	(41.495)	186.146
Outras operações com características de concessão de crédito	63.070	20.934	-	-	(6.195)	(12.496)	65.313
Total	4.837.992	2.620.283	23.273	(1.055.491)	(1.375.050)	(138.964)	4.912.043

Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Write off	Concessões / (liquidações) ⁽²⁾	Saldo em 31/03/2026
Operações de crédito	8.100.011	380.703	1.368.855	(71.337)	(23.273)	(397.544)	(861.591)	8.495.824
Pessoas físicas	7.789.366	361.273	1.350.762	(71.337)	(23.273)	(387.793)	(763.344)	8.255.654
Financiamentos	6.126.984	274.225	1.025.399	(61.731)	(11.778)	(297.512)	(675.403)	6.380.184
Outros	1.662.382	87.048	325.363	(9.606)	(11.495)	(90.281)	(87.941)	1.875.470
Pessoas jurídicas	310.645	19.430	18.093	-	-	(9.751)	(98.247)	240.170
Outras operações com características de concessão de crédito	78.365	25.011	6.195	-	-	(5.171)	37.403	141.803
Total	8.178.376	405.714	1.375.050	(71.337)	(23.273)	(402.715)	(824.188)	8.637.627

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Resumo dos 3 estágios	Saldo em 31/12/2025	Transf. entre estágios	Write off	Concessões / (liquidações) ⁽²⁾	Saldo em 31/03/2026
Por operação:					
Operações de crédito	76.551.013	-	(397.544)	3.580.700	79.734.169
Pessoas físicas	69.592.291	-	(387.793)	3.967.004	73.171.502
Financiamentos	58.427.422	-	(297.512)	3.535.423	61.665.333
Outros	11.164.869	-	(90.281)	431.581	11.506.169
Pessoas jurídicas	6.958.722	-	(9.751)	(386.304)	6.562.667
Outras operações com características de concessão de crédito	2.974.007	-	(5.171)	121.383	3.090.219
Operações de arrendamento mercantil financeiro	119.718	-	-	13.824	133.542
Total	79.644.738	-	(402.715)	3.715.907	82.957.930

Por estágio:					
Estágio 1	66.628.370	(1.899.169)	-	4.679.059	69.408.260
Estágio 2	4.837.992	213.015	-	(138.964)	4.912.043
Estágio 3	8.178.376	1.686.154	(402.715)	(824.188)	8.637.627
Total	79.644.738	-	(402.715)	3.715.907	82.957.930

Estágio 1	Saldo em 31/12/2024	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Concessões / (liquidações) ⁽²⁾	Saldo em 31/12/2025 ⁽³⁾
Operações de crédito	64.615.665	1.293.642	176.426	(3.161.203)	(3.305.359)	4.056.909	63.676.080
Pessoas físicas	54.724.950	1.293.642	176.426	(3.073.459)	(3.193.266)	7.202.802	57.131.095
Financiamentos	47.214.100	794.610	119.245	(2.458.007)	(2.520.889)	5.449.795	48.598.854
Outros	7.510.850	499.032	57.181	(615.452)	(672.377)	1.753.007	8.532.241
Pessoas jurídicas	9.890.715	-	-	(87.744)	(112.093)	(3.145.893)	6.544.985
Outras operações com características de concessão de crédito	1.504.722	-	-	(705)	(10.367)	1.338.922	2.832.572
Operações de arrendamento mercantil	31.008	29	-	-	-	88.681	119.718
Total	66.151.395	1.293.671	176.426	(3.161.908)	(3.315.726)	5.484.512	66.628.370

Estágio 2	Saldo em 31/12/2024	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Concessões / (liquidações) ⁽²⁾	Saldo em 31/12/2025
Operações de crédito	4.903.014	3.161.203	48.620	(1.293.642)	(1.919.542)	(124.731)	4.774.922
Pessoas físicas	4.670.774	3.073.459	45.761	(1.293.642)	(1.897.968)	73.446	4.671.830
Financiamentos	3.817.525	2.458.007	32.679	(794.610)	(1.530.458)	(281.559)	3.701.584
Outros	853.249	615.452	13.082	(499.032)	(367.510)	355.005	970.246
Pessoas jurídicas	232.240	87.744	2.859	-	(21.574)	(198.177)	103.092
Outras operações com características de concessão de crédito	82.276	705	-	-	(1.177)	(18.734)	63.070
Operações de arrendamento mercantil	28	-	-	(29)	-	1	-
Total	4.985.318	3.161.908	48.620	(1.293.671)	(1.920.719)	(143.464)	4.837.992

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Estágio 3	Saldo em 31/12/2024	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Write off	Concessões / (liquidações) / outros ⁽⁴⁾	Saldo em 31/12/2025
Operações de crédito	5.897.806	3.305.359	1.919.542	(176.426)	(48.620)	(1.430.093)	(1.367.557)	8.100.011
Pessoas físicas	4.901.220	3.193.266	1.897.968	(176.426)	(45.761)	(839.105)	(1.141.796)	7.789.366
Financiamentos	3.792.470	2.520.889	1.530.458	(119.245)	(32.679)	(288.128)	(1.276.781)	6.126.984
Outros	1.108.750	672.377	367.510	(57.181)	(13.082)	(550.977)	134.985	1.662.382
Pessoas jurídicas	996.586	112.093	21.574	-	(2.859)	(590.988)	(225.761)	310.645
Outras operações com características de concessão de crédito	56.792	10.367	1.177	-	-	(10.505)	20.534	78.365
Operações de arrendamento mercantil financeiro	185	-	-	-	-	(23)	(162)	-
Total	5.954.783	3.315.726	1.920.719	(176.426)	(48.620)	(1.440.621)	(1.347.185)	8.178.376

Resumo dos 3 estágios	Saldo em 31/12/2024	Transf. entre estágios	Write off	Concessões / (liquidações) / outros ⁽⁴⁾	Saldo em 31/12/2025
-----------------------	---------------------	------------------------	-----------	--	---------------------

Por operação:

Operações de crédito	75.416.485	-	(1.430.093)	2.564.621	76.551.013
Pessoas físicas	64.296.944	-	(839.105)	6.134.452	69.592.291
Financiamentos	54.824.095	-	(288.128)	3.891.455	58.427.422
Outros	9.472.849	-	(550.977)	2.242.997	11.164.869
Pessoas jurídicas	11.119.541	-	(590.988)	(3.569.831)	6.958.722
Outras operações com características de concessão de crédito	1.643.790	-	(10.505)	1.340.722	2.974.007
Operações de arrendamento mercantil financeiro	31.221	-	(23)	88.520	119.718
Total	77.091.496	-	(1.440.621)	3.993.863	79.644.738

Por estágio:

Estágio 1	66.151.395	(5.007.537)	-	5.484.512	66.628.370
Estágio 2	4.985.318	(3.862)	-	(143.464)	4.837.992
Estágio 3	5.954.783	5.011.399	(1.440.621)	(1.347.185)	8.178.376
Total	77.091.496	-	(1.440.621)	3.993.863	79.644.738

(1) Não inclui ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

(2) Inclui apropriação de juros das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro.

(3) Não houve ativos financeiros alocados no primeiro estágio com mais de 30 (trinta) dias de atraso em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

(4) Inclui reestruturação de ativos.

g) Perda esperada

Reconciliação da perda esperada, que inclui provisão para carteira *off balance*, segregada por estágios:

Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/03/2026
Operações de crédito	(1.856.933)	(241.942)	(50.643)	141.586	33.182	(104.215)	(2.078.965)
Pessoas físicas	(1.834.503)	(241.942)	(50.643)	141.085	33.033	(107.695)	(2.060.665)
Financiamentos	(1.401.011)	(174.998)	(42.969)	104.159	24.920	(104.320)	(1.594.219)
Outros	(433.492)	(66.944)	(7.674)	36.926	8.113	(3.375)	(466.446)
Pessoas jurídicas	(22.430)	-	-	501	149	3.480	(18.300)
Outras operações com características de concessão de crédito	(15.250)	-	-	108	224	520	(14.398)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(514)	-	-	-	-	(38)	(552)
Total	(1.872.697)	(241.942)	(50.643)	141.694	33.406	(103.733)	(2.093.915)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/03/2026
Operações de crédito	(1.422.274)	(141.586)	(8.932)	241.942	465.879	(615.190)	(1.480.161)
Pessoas físicas	(1.419.863)	(141.085)	(8.932)	241.942	465.467	(615.158)	(1.477.629)
Financiamentos	(1.095.373)	(104.159)	(7.671)	174.998	363.556	(464.650)	(1.133.299)
Outros	(324.490)	(36.926)	(1.261)	66.944	101.911	(150.508)	(344.330)
Pessoas jurídicas	(2.411)	(501)	-	-	412	(32)	(2.532)
Outras operações com características de concessão de crédito	(9.262)	(108)	-	-	109	521	(8.740)
Total	(1.431.536)	(141.694)	(8.932)	241.942	465.988	(614.669)	(1.488.901)

Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Write off	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/03/2026
Operações de crédito	(6.050.344)	(33.182)	(465.879)	50.643	8.932	387.793	(280.507)	(6.382.544)
Pessoas físicas	(5.818.695)	(33.033)	(465.467)	50.643	8.932	387.793	(357.880)	(6.227.707)
Financiamentos	(4.364.855)	(24.920)	(363.556)	42.969	7.671	297.512	(168.292)	(4.573.471)
Outros	(1.453.840)	(8.113)	(101.911)	7.674	1.261	90.281	(189.588)	(1.654.236)
Pessoas jurídicas	(231.649)	(149)	(412)	-	-	-	77.373	(154.837)
Outras operações com características de concessão de crédito	(58.644)	(224)	(109)	-	-	-	(60.408)	(119.385)
Total	(6.108.988)	(33.406)	(465.988)	50.643	8.932	387.793	(340.915)	(6.501.929)

Resumo dos 3 estágios	Saldo em 31/12/2025	Transf. entre estágios	Write off	(Constituição) / reversão ⁽¹⁾	Saldo em 31/03/2026 ⁽²⁾
Por operação:					
Operações de crédito	(9.329.551)	-	387.793	(999.912)	(9.941.670)
Pessoas físicas	(9.073.061)	-	387.793	(1.080.733)	(9.766.001)
Financiamentos	(6.861.239)	-	297.512	(737.262)	(7.300.989)
Outros	(2.211.822)	-	90.281	(343.471)	(2.465.012)
Pessoas jurídicas	(256.490)	-	-	80.821	(175.669)
Outras operações com características de concessão de crédito	(83.156)	-	-	(59.367)	(142.523)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(514)	-	-	(38)	(552)
Total	(9.413.221)	-	387.793	(1.059.317)	(10.084.745)

Por estágio:					
Estágio 1	(1.872.697)	(117.485)	-	(103.733)	(2.093.915)
Estágio 2	(1.431.536)	557.304	-	(614.669)	(1.488.901)
Estágio 3	(6.108.988)	(439.819)	387.793	(340.915)	(6.501.929)
Total	(9.413.221)	-	387.793	(1.059.317)	(10.084.745)

Estágio 1	Saldo em 31/12/2024	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 2 ⁽³⁾	Transferência para estágio 3	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2025
Operações de crédito	(1.721.868)	(272.085)	(124.634)	147.699	183.618	(69.663)	(1.856.933)
Pessoas físicas	(1.681.520)	(272.085)	(124.634)	147.053	183.125	(86.442)	(1.834.503)
Financiamentos	(1.334.470)	(183.143)	(72.051)	106.030	122.557	(39.934)	(1.401.011)
Outros	(347.050)	(88.942)	(52.583)	41.023	60.568	(46.508)	(433.492)
Pessoas jurídicas	(40.348)	-	-	646	493	16.779	(22.430)
Outras operações com características de concessão de crédito	(9.560)	-	-	1	75	(5.766)	(15.250)
Operações de arrendamento mercantil	(4)	(1)	-	-	-	(509)	(514)
Total	(1.731.432)	(272.086)	(124.634)	147.700	183.693	(75.938)	(1.872.697)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Estágio 2	Saldo em 31/12/2024	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2025
Operações de crédito	(1.357.745)	(147.699)	(33.702)	272.085	608.599	(763.812)	(1.422.274)
Pessoas físicas	(1.338.912)	(147.053)	(32.998)	272.085	607.136	(780.121)	(1.419.863)
Financiamentos	(1.008.159)	(106.030)	(20.862)	183.143	463.997	(607.462)	(1.095.373)
Outros	(330.753)	(41.023)	(12.136)	88.942	143.139	(172.659)	(324.490)
Pessoas jurídicas	(18.833)	(646)	(704)	-	1.463	16.309	(2.411)
Outras operações com características de concessão de crédito	(6.394)	(1)	-	-	364	(3.231)	(9.262)
Operações de arrendamento mercantil	(1)	-	-	1	-	-	-
Total	(1.364.140)	(147.700)	(33.702)	272.086	608.963	(767.043)	(1.431.536)

Estágio 3	Saldo em 31/12/2024	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Write off	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2025
Operações de crédito	(4.500.260)	(183.618)	(608.599)	124.634	33.702	839.105	(1.755.308)	(6.050.344)
Pessoas físicas	(3.548.571)	(183.125)	(607.136)	124.634	32.998	839.105	(2.476.600)	(5.818.695)
Financiamentos	(2.500.548)	(122.557)	(463.997)	72.051	20.862	288.128	(1.658.794)	(4.364.855)
Outros	(1.048.023)	(60.568)	(143.139)	52.583	12.136	550.977	(817.806)	(1.453.840)
Pessoas jurídicas	(951.689)	(493)	(1.463)	-	704	-	721.292	(231.649)
Outras operações com características de concessão de crédito	(39.292)	(75)	(364)	-	-	-	(18.913)	(58.644)
Operações de arrendamento	(120)	-	-	-	-	-	120	-
Total	(4.539.672)	(183.693)	(608.963)	124.634	33.702	839.105	(1.774.101)	(6.108.988)

Resumo dos 3 estágios	Saldo em 31/12/2024	Transf. entre estágios	Write off	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2025
Por operação:					
Operações de crédito	(7.579.873)	-	839.105	(2.588.783)	(9.329.551)
Pessoas físicas	(6.569.003)	-	839.105	(3.343.163)	(9.073.061)
Financiamentos	(4.843.177)	-	288.128	(2.306.190)	(6.861.239)
Outros	(1.725.826)	-	550.977	(1.036.973)	(2.211.822)
Pessoas jurídicas	(1.010.870)	-	-	754.380	(256.490)
Outras operações com características de concessão de crédito	(55.246)	-	-	(27.910)	(83.156)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(125)	-	-	(389)	(514)
Total	(7.635.244)	-	839.105	(2.617.082)	(9.413.221)

Por estágio:					
Estágio 1	(1.731.432)	(65.327)	-	(75.938)	(1.872.697)
Estágio 2	(1.364.140)	699.647	-	(767.043)	(1.431.536)
Estágio 3	(4.539.672)	(634.320)	839.105	(1.774.101)	(6.108.988)
Total	(7.635.244)	-	839.105	(2.617.082)	(9.413.221)

(1) No período findo em 31 de março de 2026, foram realizadas cessões sem retenção substancial dos riscos e benefícios da carteira ativa detalhadas na nota 14 h)

(2) A movimentação está relacionada ao aprimoramento prospectivo do modelo de cálculo da perda esperada, conforme as diretrizes do IFRS 9.

(3) Inclui os efeitos do refinamento de critérios de movimentações entre estágios decorrentes de renegociações de operações.

O montante referente a Perda de crédito esperada para operações de garantias financeiras prestadas de R\$ 144.283 e Compromissos de Crédito de R\$ 108.336 (R\$ 138.291 e R\$ 252.306, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025), está registrado no passivo em "Provisões para perda esperada".

h) Informações sobre cessões de crédito

h.1 Cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios

	31.03.2026		31.12.2025	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Com coobrigação	8.281.630	9.318.553	6.601.495	7.371.597
Instituições financeiras - Partes relacionadas	8.281.630	9.318.553	6.601.495	7.371.597

⁽¹⁾ Registrado na rubrica Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

h.2 Cessões sem retenção substancial dos riscos e benefícios

	Banco e Consolidado					
	31.03.2026			31.12.2025		
	Valor cessão	Valor presente	Resultado cessão ^{(1) (2)}	Valor cessão	Valor presente	Resultado cessão ^{(1) (2)}
Financiamentos	-	-	-	1.462.461	1.410.541	220.566
Empréstimos	3.930	7.933	(3.826)	-	-	-
Créditos em prejuízo	18.642	600.188	18.642	106.664	1.082.020	106.664
Total	22.572	608.121	14.816	1.569.125	2.492.561	327.230

⁽¹⁾ Contempla as respectivas reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito existentes para as operações cedidas, cujos impactos estão apresentados no resultado na linha "Resultado de perdas por redução ao valor recuperável" no montante de R\$ 7.033 (R\$ 6.273 em 31 de março de 2025).

⁽²⁾ Outras despesas de provisões para perdas associadas ao risco de crédito relacionadas às cessões estão apresentadas na nota explicativa [14c](#).

h.3 Resultado com venda ou transferência de ativos financeiros

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Rendas com venda ou transferência de ativos financeiros	346.742	436.043
Rendas com cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios	346.742	436.043
Despesas com venda ou transferência de ativos financeiros	(235.767)	(305.959)
Despesas com cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios	(231.764)	(305.959)
Despesas com cessão sem retenção substancial dos riscos e benefícios ⁽¹⁾	(4.003)	-
Total	110.975	130.084

⁽¹⁾ Não inclui as receitas decorrentes de reversões de provisões, recuperações de créditos em prejuízo ou qualquer resultado cuja natureza não seja especificamente a cessão.

i) Operações renegociadas

	31.03.2026	31.12.2025
Total de ativos renegociados no início do período	10.802.933	9.414.110
Adições	1.354.688	6.094.084
Baixas / liquidações	(359.250)	(4.705.261)
Total de ativos renegociados no final do período	11.798.371	10.802.933

j) Outras informações

	31.03.2026	31.12.2025
Créditos contratados a liberar	6.090.152	6.260.763
Garantias financeiras prestadas (Nota 35.2.a.v)	5.956.355	6.572.057

15. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos não financeiros mantidos para a venda referem-se, principalmente, a imóveis e veículos não de uso (i) adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas; (ii) imóveis construídos por sociedades investidas de propósitos específicos e destinados para a venda; e (iii) participações em empreendimentos imobiliários mantidos para venda.

	31.03.2026	31.12.2025
Imóveis	162.961	164.369
Veículos e afins	143.353	127.255
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(77.359)	(78.293)
Total	228.955	213.331
Ativo circulante	162.558	152.116
Ativo não circulante	66.397	61.215

16. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

a) Movimentações nas participações coligadas e controladas em conjunto

	31.12.2025	Movimentação		31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
	Valor do investimento	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado equivalência / Outros ⁽²⁾	Valor do investimento	Resultado equivalência
1 - Coligadas do Banco	51.492	(58.851)	7.359	-	(4.466)
Tivio Capital DTVM ⁽³⁾	51.492	(58.851)	7.359	-	(1.853)
EM2104 ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	-	-	-	-	(2.613)
2 - Coligadas do Banco BV S.A. - Portal Solar ⁽⁵⁾	-	-	-	-	321
3 - Coligadas via fundos de investimentos em participações - Méliuz S.A.	-	-	-	-	1.523
4 - Coligadas e controladas em conjunto da BVEP ⁽⁵⁾	2.641	106	(217)	2.530	(41)
Total (1 + 2 + 3 + 4) - Consolidado	54.133	(58.745)	7.142	2.530	(2.663)

⁽¹⁾ Inclui movimentação de outros resultados abrangentes.

⁽²⁾ Contempla movimentação no resultado de ágio, mais valia e *impairment* no período findo em 31 de março de 2026.

⁽³⁾ Em março de 2026, o Banco formalizou o exercício da opção de venda de sua participação de 38,77% remanescente na Tivio, concluindo a alienação total do investimento.

⁽⁴⁾ A empresa EM2104 detém 98,98% de participação na Trademaster Instituição de Pagamento Serviços e Participações S.A.

⁽⁵⁾ Inclui investimentos com passivo a descoberto apresentados em Outros passivos (Nota 23).

17. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31.03.2026	31.12.2025
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	10	10
Outros créditos e rendas a receber	10	10
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	310.629	462.150
Relações com correspondentes	6.791	6.372
Outros créditos e rendas a receber	48.598	62.595
Transações de cartão de crédito	152.014	194.380
Valores a receber de liquidações de títulos no exterior	4.985	4.691
Outros créditos para negociação e intermediação de valores	85.336	182.748
Outros	12.905	11.364
Total	310.639	462.160
Ativo circulante	297.792	456.858
Ativo não circulante	12.847	5.302

18. OUTROS ATIVOS

	31.03.2026	31.12.2025
Outros ativos	1.686.621	825.812
Despesas antecipadas ⁽¹⁾	430.408	76.870
Devedores diversos - No país	781.721	254.498
Adiantamentos e antecipações salariais	4.431	7.884
Adiantamentos a fornecedores	26.451	8.822
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 26c)	424.270	406.987
Outros créditos e valores a receber de sociedades ligadas	6.325	787
Outros	13.015	69.964
Total	1.686.621	825.812
Ativo circulante	1.022.312	492.354
Ativo não circulante	664.309	333.458

⁽¹⁾ O aumento decorre, principalmente, da antecipação das contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos.

19. ATIVOS IMOBILIZADOS

	Taxa anual de depreciação	31.12.2025	01.01 a 31.03.2026		31.03.2026		
		Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Instalações	10,00 %	19.813	7.996	(1.164)	131.513	(111.330)	20.183
Móveis e equipamentos de uso	10,00 %	4.175	831	(518)	37.991	(33.506)	4.485
Sistema de comunicação	20,00 %	3.859	2.882	(202)	19.582	(15.394)	4.188
Direito de uso ^{(2) (3)}	—	63.209	3.019	(3.266)	154.779	(94.916)	59.863
Sistema de processamento de dados	20,00 %	29.004	12.388	(3.467)	170.189	(144.595)	25.594
Sistema de segurança	10,00 %	74	30	(10)	2.901	(2.583)	318
Sistema de transporte	20,00 %	96	-	(14)	373	(341)	32
Total		120.230	27.146	(8.641)	517.328	(402.665)	114.663

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.

⁽²⁾ Os direitos de uso com base no IFRS 16 passaram a ser apresentados em ativos imobilizados.

⁽³⁾ O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear a partir da data de início até o término do prazo de cada arrendamento. Por essa razão, não é possível estabelecer uma taxa anual única de depreciação para esse ativo.

20. ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO

	31.03.2026	31.12.2025
Ativos intangíveis (Nota 20a)	1.544.983	1.477.824
Ágio ⁽¹⁾	320.170	319.163
Total	1.865.153	1.796.987

⁽¹⁾ Ágio decorrente da aquisição de participações em empresas controladas.

a) Composição

	31.03.2026			31.12.2025		
	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo contábil	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo contábil
Softwares adquiridos	76.044	(51.866)	24.178	78.194	(52.246)	25.948
Licenças ⁽¹⁾	982.868	(866.651)	116.217	899.981	(844.997)	54.984
Acordos por direitos de comercialização	39.999	(39.999)	-	44.999	(44.999)	-
Softwares desenvolvidos internamente	1.920.473	(600.866)	1.319.607	1.840.050	(530.446)	1.309.604
Marcas e patentes	6.348	-	6.348	6.348	-	6.348
Créditos de carbono e títulos verdes	119.270	(54.795)	64.475	120.461	(54.795)	65.666
Outros	21.529	(7.371)	14.158	22.645	(7.371)	15.274
Total	3.166.531	(1.621.548)	1.544.983	3.012.678	(1.534.854)	1.477.824

⁽¹⁾ Os direitos de uso com base no IFRS 16 passaram a ser apresentados em ativos imobilizados.

b) Movimentação

	Taxa anual de amortização	31.12.2025	01.01 a 31.03.2026		31.03.2026
		Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾	Amortização	Saldo contábil
Softwares adquiridos	10,00 %	25.948	-	(1.770)	24.178
Licenças	100,00 %	54.984	103.734	(42.501)	116.217
Softwares desenvolvidos internamente	20,00 %	1.309.604	80.424	(70.421)	1.319.607
Marcas e patentes ⁽²⁾	-	6.348	-	-	6.348
Créditos de carbono e títulos verdes	-	65.666	-	(1.191)	64.475
Outros	10,00 %	15.274	-	(1.116)	14.158
Total		1.477.824	184.158	(116.999)	1.544.983

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.

⁽²⁾ Refere-se à mais valia na aquisição de controlada, cuja vida útil é indefinida

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	31.03.2026			31.12.2025		
	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado
No país						
Operações com acordo de recompra - Livre movimentação	3.999.354	4.029.378	30.024	1.395.533	1.395.456	(77)
Total	3.999.354	4.029.378	30.024	1.395.533	1.395.456	(77)
Passivo circulante		4.029.378			1.395.456	

22. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO
a) Passivos financeiros com acordo de recompra

	31.03.2026	31.12.2025
Carteira própria	14.624.476	17.853.332
Letras Financeiras do Tesouro	479.115	6.928.356
Letras do Tesouro Nacional	6.225.142	4.211.155
Notas do Tesouro Nacional	1.531.576	430.111
Títulos privados – Debêntures	4.186.486	3.953.185
Títulos privados – Outros	2.202.157	2.330.525
Carteira de terceiros	1.196.571	1.147.831
Letras do Tesouro Nacional	591.061	960.529
Notas do Tesouro Nacional	605.510	187.302
Total	15.821.047	19.001.163
Passivo circulante	15.037.858	18.784.246
Passivo não circulante	783.189	216.917

b) Depósitos

	31.03.2026	31.12.2025
Depósitos de clientes	30.165.301	26.175.496
Depósitos à vista	1.230.957	881.477
Pessoas físicas ⁽¹⁾	416.873	441.797
Pessoas jurídicas ⁽¹⁾	814.082	439.674
Vinculados	2	6
Depósitos a prazo ⁽²⁾	28.550.253	24.946.383
Moeda nacional	27.236.235	24.662.125
Moeda estrangeira	1.314.018	284.258
Outros depósitos	384.091	347.636
Depósitos de instituições financeiras	106.725	217.053
Total	30.272.026	26.392.549
Passivo circulante	28.828.128	24.748.902
Passivo não circulante	1.443.898	1.643.647

⁽¹⁾ Contempla valores a devolver a clientes, no âmbito do Sistema de Valores a Receber (SVR).

⁽²⁾ Inclui emissão de título verde (CDB *green*), maiores detalhes estão descritos na nota 36.

c) Obrigações por empréstimos e por repasses

	31.03.2026	31.12.2025
Obrigações por empréstimos	2.719.338	2.458.882
Obrigações por repasses	1.730.050	1.944.783
Total	4.449.388	4.403.665

c.1) Composição de obrigações por empréstimos

	31.03.2026	31.12.2025
No exterior	2.719.338	2.458.882
Tomados junto a banqueiros no exterior ⁽¹⁾	2.060.675	2.277.716
Importação	136.783	181.166
Exportação	521.880	-
Total	2.719.338	2.458.882
Passivo circulante	1.546.164	1.106.406
Passivo não circulante	1.173.174	1.352.476

⁽¹⁾ Inclui emissão de título verde, maiores detalhes estão descritos na nota 36.

c.2) Composição de obrigações por repasses
Do país – Instituições oficiais

Programas	Remuneração a.a.	31.03.2026	31.12.2025
Tesouro Nacional		289.045	335.084
Pré-fixado	1,00% a.a. a 11,50% a.a.	271.933	334.820
Pós-fixado	100,00% da SELIC	17.112	264
BNDES		555.983	569.196
Pré-fixado	2,70% a.a. à 11,30% a.a.	408.151	398.826
Pós-fixado	1,45% a.a. + IPCA	10.296	20.818
Com variação cambial	0,90% a.a. à 1,15% a.a. + variação cambial	137.536	149.552
FINAME		885.022	1.040.503
Pré-fixado	1,05% a.a. à 8,12% a.a.	42.495	27.284
Pós-fixado	1,25% a.a. à 2,50% a.a. + TR 226 0,75% a.a. à 1,25% a.a. + IPCA 1,11% a.a. à 1,70% a.a. + SELIC 1,15% a.a. + variação cambial	841.015	1.013.219
Com variação cambial	0,90% a.a. à 1,15% a.a. + variação cambial	1.512	-
Total		1.730.050	1.944.783
Passivo circulante		581.571	831.819
Passivo não circulante		1.148.479	1.112.964

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2026.

d) Composição de títulos emitidos

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento	31.03.2026	31.12.2025
Letras de Crédito do Agronegócio						5.525.712	5.537.784
Pré-fixado	R\$	2.412.740	de 8,22% a.a. à 14,50% a.a.	2022	2030	2.571.994	2.612.777
Pós-fixado	R\$	2.422.240	de 81,9% a.a. à 105% do DI de 0% a.a. à 0,2% a.a. + DI	2023	2030	2.613.427	2.593.765
Pós-fixado	R\$	300.904	de 4,17% a.a. à 8,17% a.a. + IPCA	2022	2030	340.291	331.242
Letras Financeiras						44.773.855	42.550.039
Pré-fixado	R\$	593.306	de 7,22% a.a. à 15,08% a.a.	2019	2031	788.799	916.055
Pós-fixado ⁽¹⁾	R\$	36.430.613	de 100% à 120% do DI de 0% a.a. à 1,77% a.a. + DI	2021	2029	42.366.298	39.973.425
Pós-fixado ⁽¹⁾	R\$	1.030.160	de 3,69% a.a. à 8,01% a.a. + IPCA	2019	2032	1.618.758	1.660.559
Obrigações por TVM no exterior						3.722.640	3.853.070
Pré-fixado	R\$	-	-	-	-	-	-
Com variação cambial ⁽¹⁾	USD	698.370	5,88% a.a. + variação cambial	2025	2028	3.720.544	3.853.070
	EUR	350	variação cambial	2026	2026	2.096	-
Total						54.022.207	51.940.893
Passivo circulante						21.013.040	21.638.017
Passivo não circulante						33.009.167	30.302.876

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2026.

⁽²⁾ Inclui emissão de título verde (*green bond*), maiores detalhes estão descritos na nota 36.

e) Composição de passivos subordinados

Captações	Moeda	Valor emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Ano captação ⁽²⁾	Opção de resgate	31.03.2026	31.12.2025
Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas							
Pré-fixado	R\$	446.400	de 14,48% a.a. à 15,00% a.a.	2023	06.2028 e 01.2032	601.004	580.445
Pós-fixado	R\$	500.100	100% do CDI + 4,50% a.a.	2022	10.2029	564.149	539.662
Pós-fixado	R\$	500.700	100% do CDI + 1,37% a.a.	2024	07.2030	621.804	599.243
Pós-fixado	R\$	500.100	100% do CDI + 1,37% a.a.	2025	07.2031	559.678	539.371
Total						2.346.635	2.258.721
Passivo não circulante						2.346.635	2.258.721

Captações	Moeda	Valor emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Ano captação ⁽²⁾	Ano Vencimento	31.03.2026	31.12.2025
Letras Financeiras Subordinadas							
Pós-fixado ⁽³⁾	R\$	1.080.900	100,00% a.a. à 107,00% a.a. 2,36% a.a. + DI	2021	2034	1.578.196	1.737.814
Pós-fixado	R\$	48.500	de 6,08% à 7,79% a.a. + IPCA	2015	2030	157.855	153.061
Pré-fixado	R\$	300	12,52% a.a.	2023	2033	412	400
Total						1.736.463	1.891.275
Passivo circulante						-	215.182
Passivo não circulante						1.736.462	1.676.093

⁽¹⁾ Não contempla eventual deságio na respectiva emissão.

⁽²⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2026.

⁽³⁾ As opções de resgate por iniciativa do Banco iniciam-se nos períodos informados e permanecem em cada pagamento anual de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo BACEN.

⁽⁴⁾ Inclui ajuste ao valor justo das Letras Financeiras Perpétuas que são objeto de *hedge* de risco de mercado no montante de R\$(83.924) em 31 de março de 2026 (R\$ (77.331) em 31 de dezembro de 2025).

f) Composição de outros passivos financeiros

	31.03.2026	31.12.2025
Pagamentos e recebimentos a liquidar	3.379.631	3.540.339
Obrigações por cotas de fundos de investimento ⁽¹⁾	9.751	9.678
Comissões por intermediação de operações a pagar	10.793	17.281
Operações com cartão de crédito	98.823	127.207
Obrigações por aquisição de bens e direitos	344	137
Negociação e intermediação de valores	132.904	29.296
Obrigações por direitos de uso (IFRS 16)	69.237	71.480
Total	3.701.483	3.795.418
Passivo circulante	3.623.131	3.706.357
Passivo não circulante	78.352	89.061

⁽¹⁾ As cotas de fundos de investimento consolidados pertencentes a terceiros são contabilizadas nos termos do IFRS 12 como outros passivos financeiros.

g) Passivos financeiros ao custo amortizado, passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e garantias financeiras prestadas apresentados pelo fluxo de caixa não descontado

	31.03.2026	31.12.2025
Sem vencimento	2.536.710	1.125.322
Até 90 dias	51.799.711	48.931.774
De 91 a 360 dias	51.838.360	37.847.707
De 1 a 3 anos	16.907.026	36.593.353
De 3 a 5 anos	5.356.704	5.646.077
Acima de 5 anos	6.481.897	7.941.657
Total	134.920.408	138.085.890

23. OUTROS PASSIVOS

	31.03.2026	31.12.2025
Recursos em trânsito de terceiros	144.668	74.678
Provisão para participação nos lucros e resultados	71.912	280.018
Provisão para despesas de pessoal	372.916	437.842
Provisão para despesas administrativas	256.678	387.452
Provisão para perda - Outros riscos	151.903	168.175
Obrigações legais (Nota 26d)	53.003	50.555
Credores diversos - No país	601.561	268.845
Dividendos a pagar / Juros sobre o capital próprio a pagar ⁽¹⁾	467.800	72.250
Valores a pagar a sociedades ligadas	60	60
Outros ⁽²⁾	49.999	108.588
Total	2.170.500	1.848.463
Passivo circulante	2.067.469	1.658.520
Passivo não circulante	103.031	189.943

⁽¹⁾ Para juros sobre o capital próprio, refere-se ao valor líquido dos efeitos tributários.

⁽²⁾ Inclui investimentos com passivo a descoberto.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social

O Capital Social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 8.480.372 está representado por 3.395.210.052 ações, sendo 2.193.305.693 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 1.201.904.359 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal em ambos os períodos apresentados.

b) Composição das reservas
b.1) Reserva de Capital

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 a Reserva de Capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b.2) Reserva de Lucros

Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída semestralmente, de forma obrigatória, com base em 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A constituição da Reserva Legal pode ser dispensada quando, somada às Reservas de Capital, exceder 30% do Capital Social. A Reserva Legal só pode ser utilizada para aumento de capital ou compensação de prejuízos.

Reserva Estatutária

A Lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não deliberada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja deliberada para "Reserva Estatutária", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Dividendos / Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio (JCP), correspondente a 25% do Lucro Líquido do período, deduzido da Reserva Legal (Lucro Líquido Ajustado).

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da companhia, a Administração decidiu pela deliberação aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio referente aos resultados apurados nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

A Lei nº 14.789/2023 trouxe alterações relativas à apuração da base de cálculo dos juros sobre capital próprio decorrentes de atos societários entre partes dependentes. O banco BV não identificou impactos ou alterações necessárias em seus procedimentos para atendimento desta norma.

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, a companhia realizou as seguintes deliberações:

	01.01 a 31.03.2026				
	Valor deliberado (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Data-base da posição acionária	Valor pago (R\$ mil) ⁽¹⁾	Data de pagamento
Juros sobre capital próprio	264.000	77,76	31.03.2026	217.800	24.04.2026
Dividendos	250.000	73,63	31.03.2026	-	Até 31.12.2026
Total	514.000	151,39		217.800	

	01.01 a 31.03.2025				
	Valor deliberado (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Data-base da posição acionária	Valor pago (R\$ mil) ⁽¹⁾	Data de pagamento
Juros sobre capital próprio	100.000	29,45	31.03.2025	85.000	16.04.2025
Dividendos	100.000	29,45	31.03.2025	100.000	16.04.2025
Total	200.000	58,90		185.000	

⁽¹⁾ No caso dos juros sobre capital próprio, os valores estão líquidos da alíquota de 15% de Imposto de renda retido na fonte.

No período findo em 31 de março de 2026 foi pago o montante de R\$ 72.250 referente às deliberações do exercício de 2025.

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Lucro Líquido do período - Banco Votorantim S.A. BRGAAP (BACEN)	475.906	490.982
Base de cálculo	475.906	490.982
Juros sobre o capital próprio (bruto)	264.000	100.000
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(46.200)	(15.000)
Dividendos	-	100.000
Valor proposto ⁽¹⁾	217.800	185.000
% sobre a base de cálculo	46 %	38 %

⁽¹⁾ Não considera a distribuição através de reserva de lucros.

d) Resultado por ação

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Lucro Líquido - IFRS (R\$ mil)	384.862	113.178
Número médio ponderado por lote de mil ações (básico e diluído) ⁽¹⁾	3.395.210	3.395.210
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	113,35	33,33

⁽¹⁾ O número médio ponderado de ações é calculado com base na média da quantidade de ações de cada mês do período findo em 31 de março de 2026.

e) Lucros / (prejuízos) acumulados

O lucro líquido apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil é destinado à distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) e constituição de reservas de lucros. O saldo apresentado nessa rubrica, nestas Demonstrações Contábeis Consolidadas elaboradas de acordo com as normas IFRS, representava principalmente o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade. O Resultado acumulado não apropriado foi integralmente compensado pelas Reservas, após as destinações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

f) Participações acionárias (Quantidade de ações)

Composição da classe de ações de emissão do Banco Votorantim S.A. em que os acionistas são titulares diretamente em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de ações):

	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	1.096.653	50,00 %	600.952	50,00 %	1.697.605	50,00 %
Banco do Brasil S.A.	1.096.653	50,00 %	600.952	50,00 %	1.697.605	50,00 %
Total	2.193.306	100,00 %	1.201.904	100,00 %	3.395.210	100,00 %
Residentes no país	2.193.306	100,00 %	1.201.904	100,00 %	3.395.210	100,00 %

g) Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido do BRGAAP (BACEN) para o IFRS

A seguir estão relacionadas as diferenças entre o conjunto de normas contábeis vigentes no Brasil (BRGAAP) e o padrão contábil internacional – IFRS. Para as instituições financeiras, a regulação brasileira abrange a regulamentação emanada pela Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A partir de 1º de janeiro de 2025, entraram em vigor para fins das demonstrações financeiras no padrão do Banco Central do Brasil, as Resoluções CMN 4.966/2021 e CMN 4.975/2021, que têm como objetivo aproximar a contabilidade brasileira aplicada às instituições financeiras às normas internacionais de ativos financeiros e operações de arrendamento mercantil, respectivamente. Com isso, houve uma diminuição na quantidade de diferenças entre as normas contábeis vigentes no Brasil (BRGAAP) e o padrão contábil internacional – IFRS.

Sumário das principais diferenças:

Provisão para perdas por redução ao valor recuperável - No BRGAAP (BACEN), a provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base em uma análise de perdas esperadas, em alinhamento com o IFRS. Entretanto, o BACEN adota uma abordagem mais prescritiva e conservadora, ao estabelecer pisos mínimos para a provisão, fundamentados em critérios específicos, como o período de inadimplência e a avaliação do risco de crédito.

Diferimento de comissões - As operações geradas no BRGAAP (BACEN) têm a remuneração reconhecida integralmente como despesa, para operações originadas até o exercício de 2024. Para fins de IFRS, as comissões são apropriadas no resultado de acordo com o prazo contratual, seguindo o conceito de taxa efetiva de juros das operações de crédito. A diferença, portanto, reside no estoque a diferir das operações do BRGAAP (BACEN).

Valor justo de instrumentos financeiros - No BRGAAP (BACEN), alguns títulos e valores mobiliários com característica de concessão de crédito categorizados como custo amortizado são classificados no IFRS como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme modelos de negócios e teste SPPI, uma vez que o BACEN limita a classificação apenas em Custo amortizado ou Valor justo por meio do resultado. Em consequência disso, o respectivo ajuste ao valor justo e seus efeitos tributários registrados em reserva do Patrimônio Líquido no IFRS não são reconhecidos no BRGAAP em função do critério de mensuração contábil aplicável.

	Patrimônio Líquido	
	31.03.2026	31.12.2025
Saldo em BRGAAP (BACEN) - Consolidado ⁽¹⁾	12.685.300	12.682.515
Ajustes de GAAP, líquidos dos efeitos tributários	333.288	384.026
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	168.662	204.133
Diferimento de comissões	109.552	144.439
Valor justo de instrumentos financeiros	30.070	(12.290)
Participações em coligadas	25.689	48.429
Outros	(685)	(685)
Saldo em IFRS	13.018.588	13.066.541

	Lucro líquido	
	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Saldo em BRGAAP (BACEN) - Consolidado ^{(1) (2)}	475.906	476.327
Ajustes de GAAP, líquidos dos efeitos tributários	(91.044)	(363.149)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável ⁽³⁾	(35.471)	(239.097)
Diferimento de comissões	(34.887)	(83.470)
Participações em coligadas	(22.740)	(22.745)
Outros	2.054	(17.837)
Saldo em IFRS	384.862	113.178

⁽¹⁾ Considera a posição atribuível aos acionistas controladores.

⁽²⁾ Inclui eventos não recorrentes no Lucro Líquido apresentado.

⁽³⁾ No período findo em 31 de março de 2025, o impacto negativo refere-se a implementação de novos modelos de cálculo.

25. TRIBUTOS

a) Ativos fiscais

Total de ativos fiscais reconhecidos

	31.03.2026	31.12.2025
Ativos tributários correntes (Nota 25a.1)	931.438	848.393
Ativos fiscais diferidos (Nota 25a.2)	9.739.246	9.725.152
Total	10.670.684	10.573.545
Ativo circulante	67.485	860.458
Ativo não circulante	10.603.199	9.713.087

a.1) Ativos tributários correntes

	31.03.2026	31.12.2025
Impostos e contribuições a compensar	748.873	664.628
Imposto de renda a recuperar	1.404	6.532
Crédito Presumido - Lei nº 12.838/2013	181.161	177.233
Total ⁽¹⁾	931.438	848.393

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes a compensar cujo prazo esperado para compensação é superior a 12 meses

a.2) Ativos fiscais diferidos (Créditos tributários - Reconhecidos)

	31.12.2025	01.01 a 31.03.2026		31.03.2026
	Saldo inicial	Movimentação no período		Saldo final
		Constituição	Baixa	
Diferenças temporárias	8.774.850	1.239.368	(1.469.998)	8.544.220
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	7.776.954	964.440	(963.536)	7.777.858
Provisões passivas	555.503	16.643	(165.288)	406.858
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	285.620	251.975	(336.309)	201.286
Outras provisões ⁽¹⁾	156.773	6.310	(4.865)	158.218
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	950.302	245.537	(813)	1.195.026
Total dos créditos tributários reconhecidos	9.725.152	1.484.905	(1.470.811)	9.739.246
Imposto de renda	5.547.317	818.263	(810.532)	5.555.048
Contribuição social	4.177.835	666.642	(660.279)	4.184.198

⁽¹⁾ Inclui os créditos tributários decorrentes de despesas com constituição de provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) é demonstrada a seguir:

	Valor nominal	Valor presente
Em 2026	2.064.359	1.864.256
Em 2027	1.830.187	1.446.127
Em 2028	1.200.046	831.182
Em 2029	696.529	422.187
Em 2030	758.323	400.883
De 2031 a 2032	1.381.713	596.939
De 2033 a 2036	1.808.089	558.227
Total de créditos tributários	9.739.246	6.119.801

Realização dos valores nominais de créditos tributários reconhecidos

	Prejuízo fiscal/ CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾
Em 2026 ⁽³⁾	21%	21%
Em 2027	1%	21%
Em 2028	4%	14%
Em 2029	9%	7%
Em 2030	11%	7%
De 2031 a 2032	29%	12%
De 2033 a 2036	25%	18%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

a.3) Ativos fiscais diferidos (Créditos tributários - Não Reconhecidos)

	31.03.2026	31.12.2025
Parcela de prejuízos fiscais / bases negativas de CSLL	110.861	102.101
Parcela de provisões passivas	6.182	11.121
Total dos créditos tributários não ativados	117.043	113.222
Imposto de renda	90.111	87.839
Contribuição social	26.932	25.383

O saldo não constituído de crédito tributário é reconhecido nos livros contábeis somente quando atende aos aspectos regulatórios para sua ativação e apresenta efetiva perspectiva de realização.

b) Passivos fiscais
Total de passivos fiscais reconhecidos

	31.03.2026	31.12.2025
Passivos tributários correntes (Nota 25b.1)	261.878	315.305
Passivos fiscais diferidos - Obrigações fiscais diferidas (Nota 25b.2)	212.084	219.598
Total	473.962	534.903
Passivo circulante	227.502	259.082
Passivo não circulante	246.460	275.821

b.1) Passivos tributários correntes

	31.03.2026	31.12.2025
IOF a recolher	44.737	36.468
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	4.946	5.214
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	55.261	124.685
Impostos e contribuições a recolher	156.934	148.938
Total ⁽¹⁾	261.878	315.305

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes, cujo prazo de liquidação é superior a 12 meses.

b.2) Obrigações fiscais diferidas

	31.03.2026	31.12.2025
Ajustes a valor justo de instrumentos financeiros	110.853	77.310
Crédito presumido - Lei nº 12.838/2013	11.777	11.777
Outros passivos	89.454	130.511
Total das obrigações fiscais diferidas	212.084	219.598
Imposto de renda	107.713	121.896
Contribuição social	104.371	97.702

c) Despesas tributárias

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
COFINS	(57.638)	(143.297)
ISSQN	(26.017)	(20.796)
PIS	(10.663)	(24.314)
Outras	(6.723)	(10.530)
Total	(101.041)	(198.937)

d) Despesas de impostos e contribuições sobre o lucro - Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)
d.1) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Valores correntes	(85.365)	(111.621)
IR e CSLL no país – Corrente	(85.365)	(117.986)
IR e CSLL no país – Exercícios anteriores	-	6.365
Valores Diferidos	87.995	145.258
Passivo fiscal diferido	8.139	449.591
Ajustes a valor justo de instrumentos financeiros	(42.892)	381.739
Crédito presumido - Lei nº 12.838/2013	28.371	-
Diferenças temporárias	22.660	67.852
Ativo fiscal diferido	79.856	(304.333)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	244.721	131.985
Diferenças temporárias	(146.293)	(192.043)
Ajustes a valor justo de instrumentos financeiros	(18.572)	(244.275)
Total	2.630	33.637

d.2) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro	439.627	146.595
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(198.338)	(35.794)
Encargo sobre JCP	118.800	45.000
Resultado de participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	3.328	(1.884)
Participação nos lucros e resultados	25.828	30.174
Resultados do exterior	(21.684)	(16.208)
Outros valores	74.696	12.349
Imposto de renda e contribuição social do período	2.630	33.637

26. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES
a) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas – Prováveis

O conglomerado constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

No que se refere às ações fiscais, o conglomerado está sujeito a fiscalizações conduzidas pelas autoridades tributárias, as quais podem resultar em questionamentos sobre a apuração de tributos e, eventualmente, em autuações. Entre os principais pontos de questionamento estão a composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (especialmente quanto à dedutibilidade de despesas) e a incidência de tributos em determinados fatos econômicos.

A maioria das autuações recebidas está relacionada ao ISS, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS e às contribuições previdenciárias patronais. Para algumas dessas autuações, quando necessário, foram realizados depósitos judiciais com o objetivo de suspender a exigibilidade dos créditos tributários em discussão.

As ações cíveis referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, revisão das cláusulas contratuais, encargos financeiros e cobrança de tarifas.

Para as ações trabalhistas, o conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas que representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

A Administração do conglomerado considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

a.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis

	31.03.2026	31.12.2025
Demandas fiscais	166.661	166.118
Demandas cíveis	211.669	208.018
Demandas trabalhistas	138.877	134.568
Total	517.207	508.704

a.2) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Demandas fiscais		
Saldo inicial	166.118	97.941
Constituições	100	11
Reversão da provisão	-	(2.778)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(2.772)	(452)
Atualizações	3.215	2.158
Saldo final	166.661	96.880
Demandas cíveis		
Saldo inicial	208.018	220.052
Constituições	14.705	18.696
Reversão da provisão	(9.195)	(15.137)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(11.495)	(17.932)
Atualizações ⁽²⁾	9.636	6.287
Saldo final	211.669	211.966
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	134.568	190.416
Constituições	15.202	17.705
Reversão da provisão	(6.409)	(12.794)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(7.299)	(14.371)
Atualizações ⁽²⁾	2.815	2.937
Saldo final	138.877	183.893
Total das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas	517.207	492.739

⁽¹⁾ Refere-se a baixa por pagamento por decisão judicial ou acordo entre as partes. O valor efetivamente pago está apresentado nas respectivas linhas das notas explicativas 31a e 31d.

⁽²⁾ Contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

a.3) Cronograma esperado de desembolsos em 31 de março de 2026

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	81.313	211.669	138.877
De 5 a 10 anos	85.348	-	-
Total	166.661	211.669	138.877

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

a.4) (Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Demandas fiscais	(543)	1.061
Demandas cíveis	(4.151)	8.086
Demandas trabalhistas	(3.812)	6.523
Total	(8.506)	15.670

b) Passivos contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do conglomerado. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam estabelecer o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

b.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.03.2026	31.12.2025
Demandas fiscais (Nota 30b.1.1)	1.614.588	1.684.773
Demandas cíveis ⁽¹⁾	141.619	138.624
Demandas trabalhistas ⁽²⁾	103.117	91.487
Total	1.859.324	1.914.884

⁽¹⁾ Ações cíveis referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

⁽²⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

b.1.1) Principais processos das ações de natureza fiscal com classificação de perda possível

Descrição das principais causas possíveis - Fiscais	31.03.2026	31.12.2025
INSS s/ PLR ⁽¹⁾	1.118.909	1.013.365
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2014/2016 ⁽²⁾	138.007	252.864
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008	82.790	141.826
PF e BNCSLL: excesso compensação AB 2012	129.488	127.371
Outras causas	145.394	149.347
Total	1.614.588	1.684.773

⁽¹⁾ Referem-se a autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) que versam sobre a cobrança de Contribuição Previdenciária calculada sobre os valores pagos pelas empresas a título de PLR supostamente em desacordo com as regras estabelecidas pela Lei nº 10.101/2000.

⁽²⁾ Referem-se a autuações lavradas pela RFB alegando a dedução indevida de perdas em operações de créditos por supostamente não atenderem às exigências legais.

c) Depósitos em garantia de recursos

Como garantia de algumas ações, quando necessário, o conglomerado realiza depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.03.2026	31.12.2025
Demandas fiscais	257.954	255.387
Demandas cíveis	94.282	92.163
Demandas trabalhistas	72.034	59.437
Total	424.270	406.987

d) Obrigações legais

O saldo de obrigações legais é registrado na rubrica de Outros Passivos no montante de R\$ 53.003 (R\$ 42.322 em 31 de dezembro de 2025), cuja principal discussão recai, atualmente, em ação que visa a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo montante provisionado é de R\$ 30.579 (R\$ 25.144 em 31 de dezembro de 2025).

As demais ações referem-se ao PIS LC 07/70, dedução do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS e FAP – Fator Acidentário de Proteção. Abaixo está demonstrada a movimentação das obrigações legais:

	31.03.2026	31.12.2025
Saldo inicial	50.555	42.322
Constituições	1.041	4.631
Baixa por pagamento	-	(804)
Atualizações	1.407	4.406
Saldo final	53.003	50.555

e) Ações civis públicas

O conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na análise das assessorias jurídicas e/ou avaliação dos advogados internos, o risco de perda é considerado possível. Dependendo do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinada com exatidão, tendo em vista que a possibilidade de perda depende da habilitação dos legitimados na ação.

Entre os temas discutidos, podemos destacar as ações envolvendo cobrança de tarifas, crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e CDC (Crédito Direto ao Consumidor), bem como do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados.

27. RECEITAS DE JUROS

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Aplicações em títulos de renda fixa	1.295.231	1.014.860
Aplicações em títulos e valores mobiliários no exterior	22.219	35.826
Aplicações em moeda estrangeira	2.186	-
Empréstimos	630.919	585.434
Títulos descontados	42.567	39.736
Financiamentos	3.059.827	2.778.370
Financiamentos em moedas estrangeiras	3.961	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	46.879	33.005
Outros créditos - atacado	660.133	410.731
Arrendamento mercantil	4.421	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros e com acordo de revenda	244.284	219.103
Aplicações compulsórias	86.059	78.570
Outros	23.204	40.416
Total ^{(1) (2)}	6.121.890	5.236.051

⁽¹⁾ Inclui variação cambial.

⁽²⁾ As receitas de juros são apresentadas pelo método da taxa efetiva, ou seja, inclui o efeito de custos associados à originação de operações.

28. DESPESAS DE JUROS

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Operações com acordo de recompra	(628.746)	(492.692)
Despesas com cessões de crédito	(235.767)	(305.959)
Depósitos interfinanceiros	(8.315)	(81.411)
Depósitos a prazo	(875.383)	(726.356)
Resultado de obrigações por empréstimos	345.072	353.642
Repasse Tesouro Nacional	(7.334)	(5.305)
Repasse BNDES	(5.579)	(1.352)
Repasse FINAME	(28.170)	(14.977)
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	(318)
Recursos de Letras de Crédito Agronegócio - LCA	(164.666)	(120.724)
Letras Financeiras	(1.678.795)	(1.270.398)
Resultado de obrigação por Títulos e Valores Mobiliários no exterior ⁽¹⁾	(67.461)	265.742
Outros	(26.383)	(7.827)
Total ⁽²⁾	(3.381.527)	(2.407.935)

⁽¹⁾ Inclui dívidas subordinadas no exterior, bem como títulos lastreados à variação de moeda estrangeira.

⁽²⁾ Inclui variação cambial sobre empréstimos e obrigações no exterior, bem como repasses no país lastreados à variação de moeda estrangeira.

29. RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(126.145)	31.562
Títulos públicos	(13.913)	17.693
Títulos privados	(112.232)	13.869
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(11.034)	(21.081)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(11.034)	(21.081)
Total	(137.179)	10.481

30. OUTROS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

a) Receitas de prestação de serviços

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Cobrança	1.989	2.209
Comissões sobre colocação de títulos	12.383	42.785
Rendas de garantias prestadas	18.818	18.866
Comissões sobre transações com cartão de crédito	56.219	55.495
Comissões sobre seguros	287.741	213.762
Assessoria financeira	24	344
Rendas com <i>marketplace</i>	32.955	23.322
Outros serviços	24.204	28.414
Total	434.333	385.197

b) Rendas de tarifas bancárias

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Confecção de cadastro	195.442	136.277
Transferência de recursos	38	188
Avaliação de bens	85.950	65.627
Rendas de cartão de crédito	22.628	24.584
Outras	110	165
Total	304.168	226.841

31. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

a) Despesas de pessoal

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Honorários, pró-labore e outros (Nota 28)	(7.850)	(7.719)
Benefícios	(50.191)	(47.965)
Encargos sociais	(87.554)	(77.158)
Proventos ⁽¹⁾	(263.810)	(258.929)
Demandas trabalhistas	(44.705)	(21.577)
Treinamentos	(2.300)	(2.467)
Previdência privada complementar	(5.694)	(5.244)
Total	(462.104)	(421.059)

⁽¹⁾ Inclui as despesas e os respectivos encargos incidentes sobre os programas de remuneração variável.

b) Outras despesas administrativas

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Água, energia e gás	(213)	(205)
Aluguéis	(4.823)	(4.766)
Comunicações	(1.607)	(7.546)
Contribuições filantrópicas	(300)	(228)
Amortização ⁽¹⁾	(118.951)	(109.427)
Depreciação ⁽¹⁾	(8.641)	(7.812)
Emolumentos judiciais e cartorários	(8.172)	(5.897)
Serviços do sistema financeiro	(6.975)	(14.798)
Manutenção e conservação de bens	(2.011)	(3.483)
Materiais	(186)	(225)
Processamento de dados	(137.382)	(131.564)
Promoções e relações públicas	(6.318)	(7.118)
Serviços técnicos especializados ⁽²⁾	(81.737)	(105.128)
Propaganda e publicidade	(21.686)	(27.577)
Seguros	(2.581)	(2.501)
Serviços de terceiros	(2.119)	(6.593)
Transportes	(3.655)	(2.950)
Viagens	(4.464)	(3.611)
Vigilância e segurança	(774)	(978)
Outras	(18.656)	(20.284)
Total	(431.251)	(462.691)

⁽¹⁾ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados entre o Banco BV e suas controladas.

⁽²⁾ No período findo em 31 de março de 2026, as despesas relativas à auditoria externa foram de R\$ (1.388). No período findo em 31 de março de 2025, as despesas totalizaram R\$ (847)

c) Outras receitas operacionais

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Atualização de depósitos em garantia	5.203	5.926
Ressarcimento de multas e atualização de tributos pagos a maior	22.979	19.388
Resultado de atividade imobiliária	279	2.504
Ressarcimento de custos operacionais	484	397
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	38.186	52.710
Recuperação de provisões diversas	23.153	4.152
Outras	3.010	-
Total ⁽²⁾	93.294	85.077

⁽¹⁾ Inclui efeitos de atualização monetária sobre tributos a recuperar e compensar.

⁽²⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

d) Outras despesas operacionais

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Despesas relacionadas à origemação	(237.257)	(153.238)
Despesas com processamento de transações de pagamento	(8.821)	(39.888)
Demandas cíveis	(21.002)	(23.075)
Perdas operacionais	(3.197)	(32.235)
Demandas fiscais	(2.448)	(2.015)
Preferência bancária	(3.818)	(2.557)
Outras	(38.334)	(52.755)
Total ⁽¹⁾	(314.877)	(305.763)

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

32. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Outras receitas	9.573	1.490
Ganho na alienação de investimento	4.689	-
Reversão de provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	868	239
Ganho na remensuração de participação	-	-
Outras receitas não associadas diretamente à atividade operacional	4.016	1.251
Outras despesas	(4.268)	(92.249)
Despesas com imóveis não de uso	(225)	(209)
Baixas de ativos intangíveis	-	(46.630)
Despesas com ágio e imparidade de controladas	(504)	(504)
Prejuízo na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	(3.539)	(5.036)
Outras despesas não associadas diretamente à atividade operacional	-	(39.870)
Total ⁽¹⁾	5.305	(90.759)

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

33. PARTES RELACIONADAS

O conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito.

Além disso, há contratos de prestação de serviços que abrangem convênios para rateio e/ou ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos firmados com empresas do próprio conglomerado.

No que se refere aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Banco do Brasil e com o Conglomerado Votorantim S.A.. Tais operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das transações, e não envolvem riscos anormais de recebimento.

O banco BV realiza cessões de crédito com coobrigação, mantendo substancialmente os riscos e benefícios das operações com partes relacionadas. No período encerrado em 31 de março de 2026, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 2.738.109 (R\$ 170.813 em 31 de março de 2025)

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do banco BV, formado principalmente pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, também estão detalhados a seguir:

	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Honorários, pró-labore e outros	7.850	7.719
Gratificações	19.816	17.743
Encargos sociais	5.298	7.410
Total ⁽¹⁾	32.964	32.872

⁽¹⁾ Inclui membros do Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e RH, Comitê de Riscos e de Capital, Comitê ASG e Comitê de Transações com Partes Relacionadas.

Saldo de transações com partes relacionadas

31.03.2026					
	Conglom. Banco do Brasil	Conglom. Votorantim S.A.	Pessoal-chave da Administração (1)	Outros (2)	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	3.150	24.017	-	-	27.167
Operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro		236	-	-	236
Outros ativos	74.163	5.805	472	281.199	361.639
Passivos					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(11.086.100)	(427.217)	(4)	-	(11.513.321)
Derivativos	-	(34.259)	-	-	(34.259)
Outros passivos	(708.889)	(36.125)	-	-	(745.014)
01.01 a 31.03.2026					
Resultados					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	1.676	585	4	222	2.487
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(34.602)	-	-	(34.602)
Despesas de juros, administrativas e outras despesas	(248.835)	(24.622)	-	(83)	(273.540)

31.12.2025					
	Conglom. Banco do Brasil	Conglom. Votorantim S.A.	Pessoal-chave da Administração (1)	Outros (2)	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1.061	-	-	-	1.061
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	33.362	-	270.463	303.825
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito	-	69	-	40.461	40.530
Outros ativos	7.194	5.755	529	11.234	24.712
Passivos					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(8.672.970)	(752.448)	(3)	(10.211)	(9.435.632)
Derivativos	-	(26.288)	-	-	(26.288)
Outros passivos	(711.961)	(36.125)	-	(36.740)	(784.826)
01.01 a 31.03.2025					
Resultados					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	1.672	480	3	1.391	3.546
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(16.709)	-	-	(16.709)
Despesas de juros, administrativas e outras despesas	(269.892)	(17.041)	(2)	(697)	(287.632)

(1) Conselho de Administração e seus respectivos comitês de assessoramento, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal-chave.

(2) Inclui companhias coligadas, bem como todas as empresas em que o pessoal-chave possua participação ou nas quais exerça cargo estatutário.

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados do conglomerado, conforme previsto em acordo coletivo da categoria, incluem: plano de saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales-refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados.

Dentre esses benefícios, destacam-se os programas de remuneração variável, que representam um importante componente da política de valorização e incentivo ao desempenho dos colaboradores.

Em 2021, o conglomerado implementou, para os executivos, um Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que consiste em uma expectativa de direito de recebimento em ações virtuais, condicionada ao desempenho da organização ao longo do tempo, com o objetivo de atrair, motivar e reter talentos, alinhar os interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas, promover a geração de resultados e a criação sustentável de valor, além de fomentar uma visão de longo prazo. Esse plano possui duração de até quatro anos.

Em 31 de março de 2026, o conglomerado registrou na rubrica Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal o montante de R\$ 133.009 (de R\$ 196.663 em 31 de dezembro de 2025) referente ao programa de ILP. (R\$ 272.642 em 31 de dezembro de 2025).

No período findo em 31 de março de 2026, os montantes relativos as transações de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado em Despesa de pessoal - Proventos foi de R\$ 81.413 (R\$ 52.566 no período findo em 31 de março de 2025). Tais incentivos tornam-se de direito entre 1 e 4 anos contados da data da concessão.

Ocorreram os seguintes pagamentos aos colaboradores referentes aos programas de ILP:

Ano do programa	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
2021	3.853	8.637
2022	4.632	6.604
2023	4.465	9.040
2024	6.559	-
2025	400	-
Total	19.909	24.281

Movimentação de ações virtuais

Plano ILP	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Quantidade inicial	47.906.605	48.345.970
Novas / Atualizações	26.084.632	25.880.430
Pagas / Canceladas	(27.270.024)	(23.929.362)
Quantidade final	46.721.213	50.297.038

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o conglomerado oferece ainda outros benefícios, entre os quais se destaca o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGDL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGDL (Vida Gerador de Benefícios Livres). Nesse plano, o conglomerado, na qualidade de patrocinador, contribui para a formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego. O programa de previdência privada tem como objetivos reforçar o vínculo de longo prazo, promover a conscientização sobre planejamento financeiro e complementar a renda na aposentadoria.

35. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

1) Abordagem integrada de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

O banco BV possui matriz de riscos materiais, revisada periodicamente pelo Conselho de Administração. Cada risco listado é avaliado para determinar o tratamento mais adequado (gestão, *hedge*, seguro ou capitalização), visando o melhor monitoramento e controle. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de crédito;
- Risco de securitização;
- Risco de crédito da contraparte;
- Risco de concentração de crédito;
- Risco de mercado e IRRBB;
- Risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB);
- Risco de liquidez;
- Risco operacional;
- Risco de reputação;
- Risco de estratégia;
- Risco social, ambiental e climático;
- Risco de modelos;
- Risco de conformidade;
- Risco de *underwriting*;
- Risco de *collateral*;

- Risco de tecnologia;
- Risco de segurança cibernética; e
- Risco de contágio.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio da estrutura de limites de risco, aprovada na respectiva governança e são incorporados às atividades diárias do conglomerado. O envolvimento da Alta Administração ocorre por meio do acompanhamento e da execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital do conglomerado prudencial inclui equipes e diretores responsáveis por riscos e ALM (*Asset Liability Management*), além de fóruns colegiados internos e corporativos, organizados formalmente com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que estabelecem regras, responsabilidades e limites conforme as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da Administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas; e
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração na elaboração da estratégia de alocação de capital do conglomerado, na observação da aplicação da declaração de Apetite por Riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o conglomerado está exposto.

A RAS aprovada pelo Conselho de Administração, orienta o planejamento estratégico e o orçamento. Seu monitoramento é realizado mensalmente por meio de *dashboard* com indicadores e limites, além de ações e monitoramentos específicos.

O conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que é realizado processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que o Banco está exposto, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento “Relatório de gestão de riscos e capital”, elaborado com base no atendimento da Resolução BCB nº 54/2020, disponível no *website* de Relações com Investidores em <https://ri.bv.com.br/>

2) Principais riscos

a) Risco de crédito

(i) Definição

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

(ii) Gestão do risco de crédito

A companhia gerencia o risco de crédito utilizando ferramentas que permitem identificar, avaliar, mensurar, acompanhar e reportar os riscos nas etapas de concessão, monitoramento e recuperação de crédito.

As funções de gerenciamento de risco de crédito são desempenhadas por unidades formalmente constituídas, com equipes capacitadas e gestão segregada.

Concessão de Crédito (Atacado): Os clientes passam por avaliações detalhadas para obtenção ou renovação de crédito. Sistemas especializados gerenciam cadastro, aprovação e acompanhamento dos limites de crédito.

Concessão de crédito (varejo): Propostas de crédito são processadas por um sistema automatizado e parametrizado, suportado por modelo de *score*. Casos não aprovados automaticamente são revisados manualmente por especialistas.

Monitoramento de crédito (atacado): Acompanhamento contínuo identifica sinais de alerta (internos e externos), com governanças e processos na mensuração do risco de crédito (perda esperada) associado a cada ativo, além de bloqueios e revisões de limites de clientes, visando garantir a qualidade do portfólio.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Monitoramento de crédito (varejo): Indicadores de desempenho internos e externos que refletem no cálculo de perda esperada de cada operação financeira, além de relatórios gerenciais para garantir a saúde do portfólio.

Para determinar se o risco de inadimplência aumentou significativamente, o banco BV utiliza informações internas, dias de atraso, informações externas de mercado, análises qualitativas e modelos estatísticos.

Recuperação de crédito: Essa área atua desde o primeiro dia de atraso e utiliza estratégias variadas para maximizar as cobranças, em conjunto com a área de riscos e crédito.

Com a vigência da Resolução 4.966/2021, as exposições passaram a ser classificadas em 3 estágios (crescentes em nível de risco):

- **Estágio 1:** são os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito; e os instrumentos financeiros cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial;
- **Estágio 2:** são os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio; e os instrumentos financeiros que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito:

Critério objetivo: Operações com atrasos superiores a 30 dias devem ser marcadas, no mínimo, com estágio 2.

- **Estágio 3:** são instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito:

Critério objetivo: Operações com atrasos superiores a 90 dias devem ser marcadas com estágio 3.

Uma vez definidos os critérios para marcação de estágios, a perda esperada atribuída a cada estágio é definida como: Perda Esperada = PD x LGD x Base de Cálculo. Neste contexto, define-se:

- PD é a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, em um horizonte de 12 meses para operações em estágio 1 e por todo prazo remanescente do contrato para operações em estágio 2. Para tal, considera-se características do instrumento relativas à sua situação econômica corrente traduzidas tanto por informações de características de contratação, movimentação e pagamento de instrumentos internos à instituição quanto informação de mercado;
- LGD representa a expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando, no mínimo, os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, as taxas históricas de recuperação, concessão de vantagens à contraparte;
- A Base de Cálculo para o IFRS tem como metodologia de mensuração a modelagem de Exposição no *Default* (do inglês, *Exposure at Default* - EAD) aplicada no valor contábil bruto dos ativos financeiros, exceto operações de arrendamento mercantil ou o valor presente dos montantes totais a receber em operações de arrendamento mercantil.

A fim de ajustar as estimativas de perda esperada às expectativas futuras de comportamento do portfólio e de mercado, considera-se sobre as estimativas de PD e LGD fatores de ajuste prospectivos calculados com base em previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições macroeconômicas, as quais são elaboradas periodicamente pela área econômica da instituição.

Todos os modelos de parâmetros, assim como todos os critérios, estudos que embasam as definições e metodologias utilizadas para alocações nos estágios e cálculo de perda esperada são monitorados periodicamente, revisados anualmente, validados e auditados por áreas independentes e aprovados em fóruns executivos, conforme governança interna estabelecida e documentada.

(iii) Risco de crédito da contraparte

O risco de crédito da contraparte refere-se a possibilidade de perdas devido ao não cumprimento de obrigações relacionadas à liquidação de operações com fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros e derivativos. O conglomerado gerencia esse risco monitorando as exposições associadas e realizando a apuração do capital regulatório.

O conglomerado considera que o risco de crédito da contraparte está presente principalmente nas operações com instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, operações com acordo de revenda e empréstimos de ativos.

(iv) Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros e os saldos *off balance* representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas é de:

	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e equivalente de caixa (Nota 8)	1.391.437	742.154
Ativos financeiros	144.494.700	134.102.017
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Notas 12a, 13a e 17)	25.812.513	20.726.371
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 12a)	5.901.356	11.414.883
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (Notas 9, 10, 11, 12a e 17)	29.822.900	22.316.025
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro - Saldo bruto (Nota 14a)	82.957.931	79.644.738
Operações off balance⁽¹⁾	5.956.355	6.572.057
Total	151.842.492	141.416.228

⁽¹⁾ Refere-se ao valor do compromisso assumido.

(v) Garantias financeiras prestadas (off balance)

A exposição máxima ao risco de crédito para a carteira de compromissos de crédito por avais e fianças, registrados em contas de compensação, na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, por ramo de atuação na contraparte, é de:

	31.03.2026						31.12.2025
	Comércio	Indústria	Instituições financeiras	Pessoas físicas	Serviços	Total	Total
Avais e fianças	354.199	799.638	2.940.358	9.537	1.852.623	5.956.355	6.572.057
Total	354.199	799.638	2.940.358	9.537	1.852.623	5.956.355	6.572.057

As garantias financeiras prestadas estão segregadas nos seguintes estágios:

	31.03.2026	%	31.12.2025	%
Estágio 1	4.904.407	82,34 %	5.656.746	86,00 %
Estágio 2	352.197	5,91 %	216.890	3,00 %
Estágio 3	699.751	11,75 %	698.421	11,00 %
Total	5.956.355	100,00 %	6.572.057	100%

	31.03.2026		31.12.2025	
	Valores garantidos	Provisão	Valores garantidos	Provisão
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	3.696	-	-	-
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	987.829	2.674	950.142	1.572
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	3.921.703	83.762	3.806.059	94.524
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	164.697	-	443.195	-
Outras fianças bancárias	660.208	53.987	1.173.688	42.691
Outras garantias financeiras prestadas	218.222	2	198.973	3
Total	5.956.355	140.425	6.572.057	138.790

(vi) Transferência de ativos financeiros que não são desreconhecidos

Em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, o conglomerado efetuou transações que resultaram na transferência de ativos financeiros representados por títulos e valores mobiliários de emissão pública e operações de crédito e de arrendamento mercantil para clientes. De acordo com as condições das operações em que o conglomerado retém substancialmente riscos e benefícios sobre essas transações, os ativos financeiros transferidos continuam sendo reconhecidos em sua totalidade nos livros da companhia.

O conglomerado transfere ativos financeiros através das seguintes transações:

	31.03.2026	31.12.2025
Ativos financeiros transferidos	26.321.368	26.238.278
Ativos financeiros com acordo de revenda	5.226.632	2.814.837
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado ⁽¹⁾	6.755.981	9.404.979
Ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	2.049.202	4.931.824
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ⁽¹⁾	4.007.923	2.485.143
Operações de crédito ⁽²⁾	8.281.630	6.601.495
Passivos financeiros associados	(29.168.978)	(27.768.216)
Passivos financeiros ao custo amortizado ⁽³⁾	(25.139.600)	(26.372.760)
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (Nota 21)	(4.029.378)	(1.395.456)
Total	(2.847.610)	(1.529.938)

⁽¹⁾ Referem-se a títulos e valores mobiliários que estão vinculados a compromisso de recompra.

⁽²⁾ Referem-se aos créditos cedidos com coobrigação, cujos passivos financeiros associados referem-se às obrigações assumidas junto aos cessionários desses créditos.

⁽³⁾ Referem-se a passivos financeiros com acordo de recompra e passivos financeiros associados a ativos transferidos.

Passivos financeiros - Operações com acordo de recompra

Operações com acordo de recompra envolvem a venda de um título, geralmente de emissão pública, com o compromisso de recompra a preço fixo, em data futura. O conglomerado mantém o título no Balanço Patrimonial, pois retém os riscos e benefícios, incluindo os rendimentos.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O conglomerado transfere o direito de receber fluxos financeiros futuros de operações de crédito e arrendamento mercantil ao cessionário recebendo uma quantia em caixa na data da transferência. No entanto, mantém esses ativos financeiros no Balanço Patrimonial em rubrica destacada, pois retém os riscos e benefícios incluindo a responsabilidade por inadimplência. Um passivo financeiro associado é reconhecido devido a essa responsabilidade.

(vii) Instrumentos derivativos sujeitos a compensação com acordos master executáveis de liquidação

O conglomerado contrata operações de derivativos por meio de Contrato Geral de Derivativo (CGD) e Contrato para Operações de Derivativo (COD) que preveem pagamentos líquidos. Em geral, os montantes de todas as transações em aberto e na mesma moeda, são agregados em um único valor líquido pago entre as partes. Em certas circunstâncias, como em caso de inadimplência, todas as transações são encerradas e um único valor líquido é pago para liquidar todas as operações.

Esses contratos não atendem aos critérios para compensação de saldos no Balanço Patrimonial. Isso porque atualmente o conglomerado não possui nenhum direito legalmente exercível para compensar os montantes reconhecidos, uma vez que o direito de compensação só pode ser exercido na ocorrência futura de determinados eventos, tais como a inadimplência das operações.

A tabela a seguir indica os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos aos contratos mencionados acima.

	31.03.2026	31.12.2025
Valores brutos de ativos financeiros reconhecidos	45.840	53.945
Valores brutos de passivos financeiros reconhecidos	(180.205)	(245.088)
Saldos líquidos	(134.365)	(191.143)

b) Risco de mercado e IRRBB
(i) Definições

A carteira *trading* (carteira de negociação) é definida como o conjunto de operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos detidos com a finalidade de negociação ou destinados a *hedge* de outras operações integrantes da carteira *trading* e que não estejam sujeitos à limitação restrição da sua negociabilidade.

A carteira *banking* (carteira de não negociação ou carteira bancária) é definida como o conjunto de operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos não classificados na carteira *trading*.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes das flutuações nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Essas perdas podem ser incorridas devido à variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB, *Interest Rate Risk in the Banking Book*) é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

(ii) Gestão do risco de mercado e IRRBB

As funções de gerenciamento de risco de mercado e IRRBB abrangem atividades ao longo de toda a cadeia de negócios, incluindo desenvolvimento de produtos, negociação, modelagem e controle de risco, formalização, contabilização e liquidação de operações, além do acompanhamento da efetividade dos processos e controles. Essas funções são realizadas por unidades especializadas, com equipes capacitadas, gestão segregada e atribuições definidas.

O conglomerado adota um conjunto de medidas objetivas para gestão e controle de riscos de mercado:

- **VaR (Valor em Risco):** determina o risco de exposições de mercado, calculando a maior perda esperada dentro de um intervalo de confiança e horizonte de tempo específicos;
- **Teste de Estresse:** estima as oscilações potenciais de valor nos instrumentos financeiros devido a movimentos extremos das variáveis de mercado (fatores de risco);
- **Capital Regulatório de Risco de Mercado:** refere-se ao capital regulatório calculado com base nas exposições das carteiras de negociação e não-negociação;
- **Análises de Sensibilidade:** estima as oscilações potenciais de valor nos instrumentos financeiros, em função das variações nos fatores de risco;
- **Análise de GAP:** mensura os descasamentos de fluxos de caixa por fator de risco, contemplando tanto o portfólio consolidado quanto as carteiras de negociação e não-negociação; e
- **sVar (VaR Estressado):** medida complementar ao VaR por simulação histórica que estima o impacto de períodos históricos de estresse na carteira atual da companhia, não considerados na janela histórica de retornos do VaR.

Estas medidas de risco são consideradas para definição de limites para a gestão do risco de mercado, definindo os valores máximos autorizados de exposição ao risco, em aderência às estratégias adotadas, ao leque de operações e produtos com negociação autorizada e consistentemente às premissas e metas orçamentárias.

O estabelecimento de limites tem por base o apetite de risco e é definido de tal forma a possibilitar, de forma pragmática, o cumprimento das metas de performance financeira pretendidas. Os limites e as metas são compatibilizados por ocasião da programação orçamentária. Os valores estabelecidos nos limites são atualizados e revistos com periodicidade mínima anual, juntamente com a programação orçamentária.

Para fins da gestão e do controle consolidado das exposições ao risco de mercado, as operações são segregadas, de acordo com a sua estratégia de negócio, entre a carteira *trading* (negociação) e a carteira banking (não-negociação ou bancária).

O risco da carteira *trading* é mensurado usando a metodologia de VaR (*Value at Risk*), por simulação histórica, com base em técnicas estatísticas, utilizada para estimar a perda potencial máxima no valor de mercado de uma posição ou carteira, sob condições normais de mercado, dentro de um determinado horizonte de tempo e com um nível de confiança previamente definido.

O risco da carteira *trading* é mensurado usando a metodologia de VaR por simulação histórica.

Para o cálculo do VaR é utilizada a abordagem da simulação histórica, baseada no conceito de P&L (*Profit and Loss Statement*), a qual é adotada no modelo *full valuation*. Trata-se de um modelo não paramétrico que utiliza dados históricos para inferência da perda potencial futura. O modelo de *full valuation* permite levar em consideração todas as características dos instrumentos, inclusive não-lineares.

O banco BV adota as seguintes premissas para o cálculo do VaR por simulação histórica:

- Série histórica dos últimos 500 dias úteis;
- Nível de confiança de 99%; e
- *Holding period* de 10 dias úteis.

A tabela a seguir apresenta o VaR mínimo, médio e máximo da carteira *trading*.

	31.03.2026	31.12.2025
Mínimo	2.312	2.955
Médio	5.115	7.087
Máximo	8.754	14.709



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A carteira *banking* é composta pelas exposições estruturais, decorrentes da concessão e manutenção das operações de crédito, propriamente ditas, e das captações, que proveem funding para estas operações de crédito, independentemente dos prazos e moedas das operações ou de suas segmentações comerciais (varejo e atacado). Também são consideradas na carteira *banking* as operações destinadas a *hedging* do patrimônio ou das operações de crédito ou de captação integrantes da carteira *banking*.

Esta carteira é também conhecida como a carteira estrutural, por compreender a gestão estrutural dos descasamentos entre ativos e passivos. Nesse contexto, a avaliação e o controle do IRRBB envolvem a mensuração das seguintes métricas:

- **Delta EVE (*Change in Economic Value of Equity*):** A abordagem de valor econômico calcula o efeito da variação da taxa de juros a partir da reavaliação do valor econômico dos ativos e passivos da companhia. Esta métrica avalia o impacto no capital da companhia decorrente da venda ou liquidação hipotética de suas posições (ativos e passivos) em condições diferentes das vigentes no mercado;
- **Delta NII (*Change in Net Interest Income*):** A abordagem de variação de margem de juros tem por objetivo capturar os efeitos das variações nas receitas e despesas de intermediação da companhia decorrentes de variações das taxas de juros.
- **EGL (*Embedded Gains and Losses*):** A avaliação da diferença entre o valor justo dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis busca estimar os ganhos e perdas embutidos ainda não realizados.

O conglomerado adota sistemas corporativos para mensuração e controle de riscos de mercado e IRRBB, combinando aplicativos desenvolvidos internamente com soluções de terceiros, de atestada robustez.

Complementarmente, o conglomerado adota processo estruturado para a comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de mercado e IRRBB que compreende a emissão periódica de relatórios que demonstram os níveis de utilização dos limites utilizados, a realização periódica de fóruns colegiados de acompanhamento, e emissão de mensagens eletrônicas específicas em situação de extrapolação de limites ou desenquadramentos de operações.

(iii) Análises de sensibilidade

O conglomerado utiliza duas metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições:

Análise de sensibilidade 1

Inicialmente, utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no valor justo das carteiras do conglomerado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento ou uma redução de 100 pontos base.

Carteira trading

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros			
			31.03.2026		31.12.2025	
			+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	163.460	29	(29)	(2.406)	2.358
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(10.694)	8	(8)	12	(12)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	95.906	(1.099)	1.077	(3.688)	3.615

Carteira trading e banking

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros			
			31.03.2026		31.12.2025	
			+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	21.420.335	(225.665)	221.197	(234.952)	230.300
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(1.225.356)	(1.090)	1.068	(14.034)	13.756
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	(658.326)	358	(351)	(2.499)	2.450

Análise de sensibilidade 2

São realizadas simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo conglomerado, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- **Cenário 1** - Na construção desse cenário, as moedas sofrem choques de 1% sobre o valor de fechamento. O valor estressado do dólar americano (DOL-CL da BM&F), seria de R\$ 5,2452 (101% de R\$ 5,1933). O índice BOVESPA chocado é de 189.336 pontos, equivalente a 101% do valor de fechamento em 187.461. As curvas de juros pré-fixado, de cupons de índice de preços, de cupons de moeda estrangeira e demais cupons de taxa de juros sofrem choques paralelos de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam ou reduzem em 0,10%.
- **Cenário 2** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 25% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% sobre o valor de fechamento. A taxa pré, em 31 de março de 2026, para o prazo de um ano é 13,97% (13,79% em 31 de dezembro de 2025). Desse modo, toda a curva é chocada em 3,58 % para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado (3,86% em 31 de dezembro de 2025).
- **Cenário 3** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 50% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 50% sobre o valor de fechamento.

Na análise feita para as operações classificadas na carteira *banking*, tem-se que a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros e preços praticados no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do conglomerado. Isto porque a carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito, captações e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a classificação contábil de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros ou preços são refletidos no patrimônio líquido e não no resultado. Há também operações atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira *trading*, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações com acordo de recompra, e *banking* apresentando os valores observados em cada data-base:

Carteira trading

Fator de risco / conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
	31.03.2026						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	163.460	Aumento	3	Redução	(103)	Redução	(207)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(10.694)	Aumento	1	Redução	(10)	Redução	(20)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(10.634)	Aumento	(106)	Redução	(2.659)	Redução	(5.317)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	95.906	Aumento	(109)	Redução	(2.557)	Redução	(5.114)
	31.12.2025						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(834.657)	Aumento	(238)	Redução	(8.618)	Redução	(17.236)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(22.068)	Aumento	1	Redução	(15)	Redução	(30)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(21.761)	Aumento	(218)	Redução	(5.440)	Redução	(10.880)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	82.802	Aumento	(365)	Redução	(8.582)	Redução	(17.165)

Carteira trading e banking

Fator de risco / conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
	31.03.2026						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	21.420.335	Aumento	(22.343)	Redução	(808.364)	Redução	(1.616.728)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(1.225.356)	Aumento	(108)	Redução	(1.355)	Redução	(2.709)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio (Nota 35.3.v)	(467.120)	Aumento	(158)	Redução	(3.962)	Redução	(7.923)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	-	Aumento	-	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	(658.326)	Aumento	35	Redução	(817)	Redução	(1.633)
	31.12.2025						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	13.946.550	Aumento	(23.263)	Redução	(841.631)	Redução	(1.683.263)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(1.215.797)	Aumento	(1.389)	Redução	(17.441)	Redução	(34.882)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio (Nota 35.3.v)	(660)	Aumento	(7)	Redução	(165)	Redução	(330)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	-	Aumento	-	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	(520.321)	Aumento	(247)	Redução	(5.816)	Redução	(11.632)

(iv) Testes de Estresse

O conglomerado utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência. O Programa de Testes de Estresse de Risco de Mercado do conglomerado faz uso de métodos de avaliação baseados em testes retrospectivos.

Testes Retrospectivos

Os testes retrospectivos de estresse estimam a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- Extensão da série histórica para determinação dos cenários de 5 anos da data-base do cenário de estresse;
- Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis;
- Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da instituição.

Para as estimativas de ganhos e perdas do teste retrospectivo de estresse na carteira consolidada, em 31 de março de 2026 e com base na percepção da alta Administração acerca do comportamento das ações, commodities, moedas estrangeiras e taxas de juros, foram utilizados dois cenários:

Cenário I - Nesse cenário, as curvas de juros sofrem choques paralelos positivos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 5.8763 (R\$ 6,2137 em 31 de dezembro de 2025); as commodities sofrem choques positivos de 10% sobre o valor de fechamento em 31 de março de 2026; e é aplicada uma variação negativa de -15,28% no Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2025).

Cenário II - Nesse cenário as curvas de juros sofrem choques paralelos negativos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 4.6312 (R\$ 4,8972 em 31 de dezembro de 2025); as commodities sofrem choques negativos de 10% sobre o valor de fechamento em 31 de março de 2026; e é aplicada uma variação positiva de 24,49% do Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2025).

Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na carteira consolidada dentre os cenários da série histórica utilizados na simulação.

Seguem os resultados do teste retrospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	31.03.2026		31.12.2025	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Moedas estrangeiras	(467.120)	(4.196)	(660)	(12.489)
Taxa de juros	19.536.653	(427.061)	12.210.431	(442.889)
Total	19.069.533	(431.257)	12.209.771	(455.378)

Estimativas de maiores ganhos do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	31.03.2026		31.12.2025	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Moedas estrangeiras	(467.120)	799	(660)	8.902
Taxa de juros	19.536.653	347.255	12.210.431	361.291
Total	19.069.533	348.054	12.209.771	370.193

⁽¹⁾ Os testes de estresse otimista e pessimista para o grupo de ações é feito somente sob o índice BOVESPA.

(v) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito à estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** Inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, classificados nos diferentes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

	31.03.2026				31.12.2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Títulos e valores mobiliários (Nota 12a)	15.257.307	3.386.693	258.254	18.902.254	14.023.042	2.907.570	254.901	17.185.513
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Títulos e valores mobiliários (Nota 12a)	3.821.597	1.780.671	299.088	5.901.356	7.676.197	3.419.186	319.500	11.414.883
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13a)	12.044	6.898.205	-	6.910.249	17.558	3.523.290	-	3.540.848
Hedge de operações de crédito ⁽¹⁾	-	20.086.457	-	20.086.457	-	19.579.583	-	19.579.583
Total	19.090.948	32.152.026	557.342	51.800.316	21.716.797	29.429.629	574.401	51.720.827
Passivo								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Outros passivos (Nota 21)	-	(4.029.378)	-	(4.029.378)	-	(1.395.456)	-	(1.395.456)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13a)	(14.659)	(7.990.527)	-	(8.005.186)	(18.497)	(4.021.050)	-	(4.039.547)
Total	(14.659)	(12.019.905)	-	(12.034.564)	(18.497)	(5.416.506)	-	(5.435.003)

⁽¹⁾ Referem-se a operações mensuradas ao valor justo pela estrutura de hedge accounting (Nota explicativa nº 13f).

(vi) Movimentação do nível 3

	Saldo em 31.12.2025	01.01 a 31.03.2026	Saldo em 31.03.2026
		Resultado / outras movimen- tações	
Ativo			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Títulos e valores mobiliários	254.901	3.353	258.254
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Títulos e valores mobiliários	319.500	(20.412)	299.088
Total	574.401	(17.059)	557.342

	Saldo em 31.12.2024	Exercício/ 2025	Saldo em 31.12.2025
		Resultado / outras movimen- tações	
Ativo			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Títulos e valores mobiliários	259.191	(4.290)	254.901
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Títulos e valores mobiliários	666.691	(347.191)	319.500
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Derivativos	2.676	(2.676)	-
Total	928.558	(354.157)	574.401

⁽¹⁾ Estes ativos foram reclassificados entre os níveis 2 e 3 devido a revisão periódica da hierarquia.

(vii) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.03.2026		31.12.2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	82.609.629	82.609.629	72.792.463	75.552.555
Depósitos no Banco Central do Brasil (Nota 10)	3.338.548	3.338.548	2.743.828	2.535.383
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 9)	687.404	687.404	346.028	494.540
Títulos e valores mobiliários (Nota 12a)	17.424.006	17.424.006	13.451.279	14.541.166
Ativos financeiros com acordo de revenda (Nota 11)	8.062.313	8.062.313	5.312.740	7.049.465
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro (Nota 14a) ⁽¹⁾	52.786.729	52.786.729	50.476.438	50.476.438
Outros ativos financeiros (Nota 17)	310.629	310.629	462.150	455.563
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado (Nota 22)	(121.667.802)	(121.432.030)	(117.055.281)	(119.668.029)
Operações com acordo de recompra (Nota 22a)	(15.821.047)	(16.454.039)	(19.001.163)	(25.992.305)
Passivos financeiros ao custo amortizado associados a ativos financeiros transferidos (Nota 14h.1)	(9.318.553)	(9.323.169)	(7.371.597)	(6.697.220)
Depósitos de clientes (Nota 22b)	(30.272.026)	(29.438.967)	(26.392.549)	(21.843.978)
Obrigações por empréstimos (Nota 22c)	(2.719.338)	(3.194.790)	(2.458.882)	(4.693.710)
Obrigações por repasses (Nota 22d)	(1.730.050)	(1.135.220)	(1.944.783)	(803.970)
Títulos emitidos (Nota 22e)	(54.022.207)	(53.848.148)	(51.940.893)	(51.648.793)
Passivos subordinados (Nota 22f)	(4.083.098)	(4.336.214)	(4.149.996)	(3.812.988)
Outros passivos financeiros (Nota 22g)	(3.701.483)	(3.701.483)	(3.795.418)	(4.175.065)
Total	(39.058.173)	(38.822.401)	(44.262.818)	(44.115.474)

⁽¹⁾ Exclui as operações mensuradas ao valor justo pela estrutura de *hedge accounting* (Nota explicativa nº 13f).

Métricas utilizadas na determinação do valor justo dos principais instrumentos financeiros

Aplicações em depósitos interfinanceiros: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo, por se tratar de operações de curto prazo na sua maioria.

Ativos financeiros com acordo de revenda: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor justo da garantia.

Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado” e “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” são contabilizados pelo seu valor justo, a partir da coleta de informações de mercado e utilização de metodologias padronizadas de marcação a mercado, geralmente baseadas no método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo do valor justo, as técnicas supracitadas também são aplicadas para os títulos classificados na categoria “ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado”.

Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro: As operações de crédito alocadas em programas de *hedge accounting*, do tipo *hedge* de risco de mercado, são contabilizadas pelo seu valor justo. Para as operações de arrendamento mercantil, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes e para as demais operações, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente do valor justo.

Depósitos: Para as operações de depósitos a prazo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes. Para os depósitos a vista, considerou-se como valor justo o próprio valor contábil.

Passivos financeiros com acordo de recompra: Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Obrigações por empréstimos e repasses: Para as operações pré-fixadas, o valor justo é apurado a partir do cálculo dos fluxos de caixa contratados, descontados considerando as taxas de mercado vigentes. Para operações pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como uma aproximação equivalente ao valor justo.

Títulos emitidos: Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Passivos subordinados: Para as operações deste grupo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

c) Risco de liquidez

(i) Definição

O risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de o conglomerado não conseguir cumprir suas obrigações financeiras, tanto esperadas quanto inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de o conglomerado não conseguir negociar a preços de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de algumas descontinuidades no mercado.

(ii) Gestão do risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez envolve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e propor ações de mitigação dos riscos associados ao conglomerado prudencial. As principais práticas incluem:

- Manutenção de nível adequado de ativos livres com alto grau de monetização e uso de parâmetro referencial de liquidez (caixa operacional);
- Gestão do perfil de descasamento temporal entre passivos e ativos, captações e operações de crédito concedidas, otimizando a alocação de recursos próprios e minimizando o risco de liquidez;
- Otimização da diversificação das fontes de captação, monitorando a concentração dos provedores de *funding*, e pela prática de remuneração em aderência aos níveis praticados no mercado para recursos de terceiros, e ao nível de retorno esperado pelos acionistas para os recursos próprios.

O conglomerado mantém plano de contingência estruturado e revisado periodicamente com o objetivo de possibilitar, a curto prazo, a recomposição dos níveis pré-estabelecidos de caixa, com a atribuição de responsáveis e instrumentos.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

A gestão da liquidez do conglomerado é de responsabilidade da área de tesouraria e a gestão do risco de liquidez é realizada pela área de riscos que avalia e monitora o risco da companhia, estabelecendo os processos, ferramentas e limites necessários para a geração e análise de cenários prospectivos e o acompanhamento e adequação aos níveis de apetite a este risco estabelecido pela Alta Administração.

As principais medidas objetivas para a gestão e controle de riscos de liquidez incluem:

- **Limite referencial de liquidez e caixa mínimo operacional:** envolve o estabelecimento de intervalos e patamares mínimos aceitáveis, configurando limites prospectivos para cenários adversos de liquidez;
- **Cenários de vencimento:** envolvem a apuração do perfil futuro de liquidez, baseando-se na premissa de vencimento das carteiras atuais e na análise de todos os fluxos de caixa;
- **Cenários orçamentários:** apuração do perfil futuro de liquidez com premissas consistentes com o planejamento orçamentário, baseando-se na rolagem das carteiras atuais;
- **Cenários de estresse:** simulações do impacto nas carteiras decorrente de condições extremas de mercado e/ou mudanças na dinâmica e composição das carteiras, que possam alterar significativamente os cenários projetados de liquidez;
- **Análises de sensibilidade:** simulações de sensibilidade no perfil futuro de liquidez em função de pequenas oscilações nas condições de mercado e/ou na dinâmica e composição das carteiras; e
- **Perfil de concentração de captação:** acompanhamento do perfil de concentração das carteiras, em termos de volumes, prazos, instrumentos, segmentos e contrapartes.

O Indicador de liquidez de curto prazo (LCR) é uma métrica regulatória que tem por objetivo mostrar que as instituições financeiras possuem recursos de alta liquidez para resistir a um cenário de estresse num horizonte de 30 dias, mediante critérios estabelecidos pela regulamentação.

Em 31 de março de 2026, a média do LCR foi de 173%, acima do requisito mínimo regulamentar que é de 100%.

Indicador de liquidez de curto prazo (R\$ milhões)	31.03.2026	31.12.2025
LCR	173%	174%
Total HQLA ⁽¹⁾	15.576	14.991
Total de saídas líquidas de caixa	8.993	8.613

⁽¹⁾ Refere-se a ativos de alta liquidez, que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse e que atendem alguns requisitos mínimos definidos pela Circular BACEN nº 3.749/2015.

Adicionalmente, a companhia adota processo estruturado de comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de liquidez. Este processo de comunicação compreende:

- A emissão periódica de relatórios objetivos, nos quais são apresentados os cenários de liquidez e a evolução do perfil das carteiras de captação, bem como demonstrados os níveis de utilização de limites autorizados; e
- A realização periódica dos fóruns colegiados de acompanhamento, em observância às alçadas decisórias.

d) Risco operacional

(i) Definição

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas devido a eventos externos ou falhas, deficiências ou inadequações em processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado, risco de segurança cibernética decorrente de falha nos ativos de informação, computadores e recursos de comunicação do Conglomerado e risco de confidencialidade, integridade e disponibilidade decorrente de serviços terceirizados relevantes. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo conglomerado.

(ii) Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional tem como objetivo apoiar a gestão dos negócios por meio da avaliação e controle do risco, da captura e gestão das perdas operacionais e da mensuração do capital alocado para risco operacional, possibilitando a priorização e implantação de planos de melhoria de processos, de acordo com os níveis de tolerância ao risco definidos pela Alta Administração.

As funções de gerenciamento de risco operacional incluem modelagem e controle do risco, monitoramento da efetividade dos controles, plano de continuidade de negócios e gestão de crises. Essas atividades abrangem toda a cadeia de negócios, desde o desenvolvimento de produtos até o pós-venda e são realizadas por unidades funcionais especializadas com equipes capacitadas e atribuições definidas.

e) Risco social, ambiental e climático

(i) Definição

O risco social está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados às práticas de violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos de interesses comuns. Quanto ao ambiental, refere-se à eventuais perdas para a instituição em função da ocorrência de eventos de degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático está dividido em duas vertentes: risco de transição e risco físico, definidos respectivamente como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono e à ocorrência de intempéries frequentes e severas ou por alterações ambientais de longo prazo, que possam ser associadas a mudanças em padrões climáticos.

(ii) Gerenciamento do risco social, ambiental e climático

A gestão integrada do risco social, ambiental e climático (SAC) do conglomerado é realizada por meio do estabelecimento de regras e direcionada pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). As iniciativas e informações relativas à gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos são divulgadas no Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) e remetidas ao Banco Central pelo Documento de Risco Social, Ambiental e Climático (DRSAC).

O banco BV avalia os aspectos socioambientais e climáticos de clientes, fornecedores e investidas para subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias, homologação de fornecedores, fontes de captação, novos investimentos, produtos e serviços, restringindo relações com contrapartes cujas práticas são inadequadas ou cuja governança em sustentabilidade não são compatíveis ao seu nível de impacto socioambiental.

O apetite de riscos (RAS) do banco BV inclui um indicador exclusivo de risco social, ambiental e climático, monitorado mensalmente e reportado aos comitês de riscos e ao Conselho de Administração. Adicionalmente, a Instituição elencou setores e atividades cujas

operações financeiras são proibidas ou restritas, além de considerar um limite máximo de concentração para alguns desses setores econômicos.

Na concessão de crédito, o gerenciamento do risco SAC é realizado por metodologias específicas que determinam o *Rating* ESG, incluído no Rating de Crédito. A análise de risco socioambiental em projetos segue as diretrizes dos Princípios do Equador (PE).

Informações adicionais do gerenciamento de risco SAC estão disponíveis no website: <https://ri.bv.com.br/informacoes-aos-investidores/relatorio-esg/>.

3) Gestão de capital

A gestão do capital no conglomerado visa garantir a conformidade com os limites regulatórios e estabelecer uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento dos negócios e operações, alinhada à RAS e ao plano estratégico do conglomerado.

O conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- **Gestão contínua de capital:** Planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para suportar riscos relevantes;
- **Diretrizes:** Políticas e estratégias documentadas;
- **Fóruns específicos:** Para desenvolvimento de estratégias e gestão do uso do capital;
- **Plano de capital trienal:** Metas, projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência;
- **Testes de estresse:** Avaliação dos impactos no capital;
- **Relatórios gerenciais:** Informações para a Alta Administração (diretoria e Conselho de Administração);
- **Avaliação de suficiência de capital:** Perspectivas regulatórias e econômicas; e
- **Reporte ao Regulador:** Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Ressalta-se que o ICAAP é realizado em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, Circular nº 3.911/2018 e Carta-Circular BACEN nº 3.907/2018 e suas atualizações, e disponibilizado ao BACEN anualmente, abrangendo o Plano de Capital, Teste de Estresse, Plano de Contingência de Capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que o Banco está exposto, entre outros temas.

Adicionalmente, são realizadas análises de viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

(i) Capital regulamentar

O Capital regulamentar, classificado como Patrimônio de Referência (PR), é o patrimônio utilizado como base para verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras.

O conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III abordou, principalmente, seguintes assuntos:

- Metodologia de apuração do capital regulamentar (PR), que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
- Metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de capital regulamentar (PR), de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal (ACP). O ACP é composto pelas parcelas de ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o conglomerado prudencial.

(ii) Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA); e
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.748/2015, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615/2017 do Conselho Monetário Nacional.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A Resolução CMN nº 4.955/2021 e suas atualizações definem os itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência, observados na apuração dos índices de solvência e demais indicadores prudenciais estabelecidos, citados anteriormente.

(iii) Ativo ponderado pelo risco – RWA

Para fins de cálculo do requerimento mínimo de capital, apura-se o RWA, conforme definido pela Resolução CMN nº 4.958/2021, é composto pela soma dos ativos ponderados pelo risco referentes aos riscos de crédito (RWACPAD), mercado (RWAMPAD) e operacional (RWAOPAD).

A partir de julho de 2023, passou a vigorar a Resolução BCB nº 229/2022, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco de crédito (RWACPAD), em substituição à Circular nº 3.644/2013. Esse novo normativo aprimora e consolida procedimentos para apuração do RWACPAD, refletindo recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (BCBS) contidas no documento “Basel III: Finalising post crisis reforms”.

A partir de janeiro de 2024, passou a vigorar a Resolução BCB nº 202/2022 para conglomerados Tipo 1 (S2 ao S4), que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelos riscos associados a serviços de pagamento (RWASP).

(iv) Suficiência de capital (Visão regulatória)

A análise da suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a companhia possui Patrimônio de Referência (Capital Disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos de Pilar I, acrescido da exigência adicional para cobertura do risco de variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRBB) conforme a Resolução BCB nº 48/2020.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do conglomerado prudencial:



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Índice de Basileia	31.03.2026	31.12.2025
PR – Patrimônio de Referência	14.426.222	15.039.229
Nível I	13.068.068	13.730.470
Capital complementar	2.346.635	2.256.203
Capital principal	10.721.433	11.474.267
Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	13.614.534	14.105.915
Ajustes prudenciais ⁽²⁾	(2.893.101)	(2.631.648)
Outros	(2.892.622)	(2.631.069)
Ajustes a valor justo	(479)	(579)
Nível II	1.358.154	1.308.759
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	1.358.154	1.308.759
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/2021 ⁽³⁾	1.358.154	1.308.759
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	96.084.306	89.968.923
Risco de crédito (RWACPAD)	83.553.895	80.354.765
Risco de mercado (RWAMPAD)	649.524	753.264
Risco operacional (RWAOPAD)	11.836.616	8.814.863
Risco de serviços de pagamento (RWASP) ⁽⁴⁾	44.271	46.031
Patrimônio de referência mínimo requerido	7.686.744	7.197.514
Capital principal mínimo requerido ⁽⁵⁾	4.323.794	4.048.602
Patrimônio de referência nível I mínimo requerido ⁽⁶⁾	5.765.058	5.398.135
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBN)	955.744	730.259
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido	6.739.477	7.841.714
Margem sobre o capital mínimo requerido	6.397.639	7.425.665
Margem sobre o patrimônio de referência nível I mínimo requerido	7.303.010	8.332.334
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido incluído RBN e ACP ⁽⁷⁾	3.381.626	4.862.232
Índice de capital principal (CP / RWA)	11,16 %	12,75 %
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	13,60 %	15,26 %
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,01 %	16,72 %
Razão de Alavancagem	8,71 %	9,47 %

⁽¹⁾ Conforme artigo art. 4º, § 2º da Resolução CMN nº 4.955/2021, os valores relativos aos ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para *hedge* de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a valor justo registrados contabilmente não compõem a base de cálculo para fins de apuração do Patrimônio de Referência. Os montantes informados contemplam esses ajustes.

⁽²⁾ Consideram os efeitos da aplicação do § 10 do Art.5º da Resolução CMN nº 4.955/2021, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior no seguinte cronograma: I - no mínimo 50% (cinquenta por cento), até 30 de junho de 2022; II - 100% (cem por cento), até 31 de dezembro de 2022 e III - 100% (cem por cento), permanece a partir de janeiro de 2023.

⁽³⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada emitidos anteriormente à Resolução CMN nº 4.955/2021 com a aplicação dos redutores estabelecidos no art. 27 da referida Resolução.

⁽⁴⁾ Parcela relativa aos riscos associados a serviços de pagamento, que passa a integrar o RWA a partir de março de 2024, quando a Acesso Soluções S.A. passou a ser consolidada no conglomerado prudencial.

⁽⁵⁾ Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8% do RWA.

⁽⁶⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽⁷⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

Ajustes prudenciais deduzidos do capital principal:

	31.03.2026	31.12.2025
Ajuste prudencial I - Ágios pagos	(298.520)	(307.842)
Ajuste prudencial II - Ativos intangíveis	(1.402.061)	(1.333.953)
Ajuste prudencial VIII - Crédito tributário de prejuízo fiscal e de base negativa	(1.192.041)	(989.274)
Ajuste prudencial XV – Diferença a menor – Ajustes da Resolução CMN 4.277/2013	(479)	(579)
Total	(2.893.101)	(2.631.648)

Índice de imobilização

O índice de imobilização do conglomerado prudencial totalizou 5,73% (4,87% em 31 de dezembro de 2025). (5,20% em 31 de dezembro de 2024), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.957/2021.

	31.03.2026	31.12.2025
Limite para imobilização	7.213.111	7.519.614
Valor da situação para o limite de imobilização	827.122	732.270
Valor da margem ou insuficiência	6.385.989	6.787.344

(v) Gestão de ativos e passivos

O Comitê de ALM e Tributos é responsável pela gestão dos riscos estruturais de taxa de juros, taxa de câmbio e de liquidez, assim como pela gestão do capital, que busca aperfeiçoar a relação risco versus retorno e maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basileia).

A exposição do conglomerado ao risco de moeda de estrangeira, apresentado em milhares de Reais, é de:

Moeda	Instrumentos <i>on balance</i> - Saldo contábil na data-base			
	31.03.2026		31.12.2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Dólar	6.645.068	(12.603.200)	6.028.737	(11.363.820)
Euro	335.853	(367.628)	414.793	(161.234)
Iene	243.876	(14.173)	267.160	(7.242)
Outras	1.211	(2.588)	754	(2.800)
Total	7.226.008	(12.987.589)	6.711.444	(11.535.096)
Posição líquida - instrumentos <i>on balance</i>		(5.761.581)		(4.823.652)

Moeda	Derivativos (instrumentos <i>off balance</i>)			
	31.03.2026		31.12.2025	
	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva
Dólar	19.337.361	(16.542.683)	18.566.194	(16.542.058)
Euro	538.362	(568.218)	342.155	(628.249)
Iene	75.516	(301.630)	187.566	(443.924)
Total	19.951.239	(17.412.531)	19.095.915	(17.614.231)
Posição líquida - derivativos (instrumentos <i>off balance</i>)	2.538.708		1.481.684	

Resumo	31.03.2026	31.12.2025
	Posição líquida	
Por moeda		
Dólar	(3.163.454)	(3.310.947)
Euro	(61.632)	(32.536)
Iene	3.590	3.561
Outras	(1.377)	(2.046)
Posição líquida total	(3.222.873)	(3.341.968)
Por totais - instrumentos <i>on balance</i> e <i>off balance</i>		
Ativo	27.177.248	25.807.360
Passivo	(30.400.121)	(29.149.328)
Posição líquida total	(3.222.873)	(3.341.968)

36. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG

a) Governança e regulação

O Banco estabeleceu seus compromissos ESG de longo prazo, até 2030, chamado de “Pacto por um Futuro Mais Leve”, que define cinco metas públicas que vão direcionar as ações do conglomerado, divididas em três pilares: mudanças climáticas, negócios sustentáveis e diversidade. Além disso, o Banco inseriu metas de sustentabilidade na remuneração variável dos executivos e no planejamento estratégico, conforme descrito na nota explicativa 34. O Conselho de Administração aprovou em junho de 2022, a criação do Comitê ASG para assessorá-lo nos aspectos socioambientais.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e o Relatório de Sustentabilidade do Banco podem ser consultados em <https://ri.bv.com.br/> e em www.bv.com.br/institucional/sustentabilidade.

Informações adicionais sobre o risco social, ambiental e climático e sua gestão pelo conglomerado estão descritas na nota explicativa [35.2.e](#)

Em outubro de 2024 o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu, em suas versões finais, os Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 e nº 02, baseados nos padrões internacionais do International Sustainability Standards Board (ISSB), que tem como principal objetivo desenvolver padrões globais de divulgação de sustentabilidade. Esses padrões buscam fornecer informações de alta qualidade e comparáveis globalmente sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, atendendo as necessidades dos investidores e dos mercados financeiros.

b) Meio ambiente

O banco BV é um dos principais bancos financiadores de placas fotovoltaicas para energia solar de uso residencial e em 31 de março de 2026 essa carteira é de R\$ 3.608.820 (R\$ 3.707.649 em 31 de dezembro de 2025).

No período findo em 31 de março de 2026, o banco BV realizou emissões de títulos verdes (Letras Financeiras e CDB *green*) no montante de R\$ 898.003. No quadro a seguir, são demonstradas as emissões realizadas pelo banco BV ao longo dos anos, considerando apenas as operações vigentes:

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano vencimento	31.03.2026	31.12.2025
Depósitos a prazo (Nota 22b)						610.530	854.689
Pós-fixado	R\$	5.628	de 7,43% a 9,92% a.a do IPCA	2025	2028	6.000	4.382
Pós-fixado	R\$	487.808	99% a 102% do DI a.a	2024	2028	482.837	785.377
Pré-fixado	R\$	110.819	de 12,20% a 14,94% a.a.	2024	2028	121.693	64.930
Recursos de aceites e emissão de títulos						5.056.094	4.548.193
Letras financeiras (Nota 22e)						3.877.385	3.198.865
Pós-fixado	R\$	2.817.350	de 0,34% a 1,04% a.a. do DI	2023	2028	3.199.389	2.540.019
Pós-fixado	R\$	416.700	de 5,26% + IPCA	2021	2027	677.996	658.846
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 22c)						1.178.709	1.349.328
Tomados junto a banqueiros no exterior	USD	300.000	de 5,05% a 5,54% a.a. + variação cambial	2022	2029	1.178.709	1.349.328
Total						5.666.624	5.402.882

O banco BV estabeleceu um compromisso público de compensar a totalidade das emissões de CO₂ dos automóveis que financiar. No 31 de março de 2026, o banco BV reconheceu no resultado (em Outras despesas operacionais) a provisão de despesas de CO₂, em contrapartida ao passivo correspondente, registrado em Outros passivos - Compensação da emissão de CO₂ por veículos financiados pelo banco BV. O Banco adquiriu créditos de carbono e títulos verdes, representando o total de 14.579 milhões de toneladas de CO₂ (14.579 milhões em 31 de dezembro de 2025), registrado na rubrica de Ativos intangíveis e seu consumo (amortização) é realizado com base no volume de CO₂ produzidos pelos veículos financiados, registrado na rubrica de Despesas de depreciação e amortização.

No quadro a seguir, são demonstrados os efeitos contábeis do registro patrimonial e resultado:

	31.03.2026	31.12.2025
Ativo	64.475	65.666
Ativos intangíveis (Nota 20a)	64.475	65.666
Créditos de carbono e títulos verdes - Valor de custo	119.270	120.461
Créditos de carbono e títulos verdes - Amortização acumulada	(54.795)	(54.795)
	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Resultado		
Despesas de depreciação e amortização (Nota 31b)	(1.191)	-
Amortização	(1.191)	-
Outros resultados operacionais	(4.654)	(8.017)
Consumo de ativos de sustentabilidade	(4.654)	(8.017)
Total de despesas reconhecidas no resultado	(5.845)	(8.017)

O Banco também faz a compensação das suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o compromisso é a compensação anual de 100% das emissões de GEE próprias.

c) Social

O banco BV apoia diversos projetos sociais incentivados. A divulgação detalhada sobre responsabilidade social está apresentada no Relatório de Sustentabilidade disponível no site <https://ri.bv.com.br/https://ri.bv.com.br/>.

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Informações de agências no exterior

	31.03.2026		31.12.2025	
	Luxemburgo Branch ⁽¹⁾	Nassau Branch ⁽¹⁾	Luxemburgo Branch ⁽¹⁾	Nassau Branch
Ativo total	8.482.615	1.605.719	8.134.686	1.676.953
Passivo total	(8.482.615)	(1.605.719)	(8.134.686)	(1.676.953)
Passivo	(7.895.368)	-	(7.540.184)	(536)
Patrimônio Líquido	(587.247)	(1.605.719)	(594.502)	(1.676.417)
	01.01 a 31.03.2026		01.01 a 31.03.2025	
Resultado do período	32.690	15.496	2.290	25.196

⁽¹⁾ Inclui variação cambial.

b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN n° 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Banco e Consolidado	
	Passivos	
	Passivos subordinados	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 31.12.2025	4.149.996	72.250
Variações com efeito de caixa	(220.346)	(72.250)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos ⁽¹⁾	-	(72.250)
Liquidação de passivos subordinados	(220.346)	
Variações sem efeito de caixa	153.447	-
Despesas com juros	153.447	-
Saldo em 31.03.2026	4.083.097	-

	Banco e Consolidado	
	Passivos	
	Passivos subordinados	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 31.12.2024	3.188.978	127.500
Variações com efeito de caixa	-	(127.500)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos ⁽¹⁾	-	(127.500)
Variações sem efeito de caixa	127.996	185.000
Despesas com juros	127.996	-
Juros sobre capital próprio a pagar ⁽¹⁾	-	185.000
Saldo em 31.03.2025	3.316.974	185.000

⁽¹⁾ Valor líquido de impostos.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Pilar dois da organização para a cooperação e desenvolvimento econômico

Em 30 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.079 que instituiu o adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) como parte do processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), que foram desenvolvidas pela OCDE e pelo G20.

O banco BV está avaliando os potenciais impactos desta nova legislação e até o presente momento não mapeou qualquer efeito relevante que impactará a presente Demonstração Contábil.

e) Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº214, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo, instituindo o IBS, a CBS e o IS, os quais substituirão gradualmente PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS.

O período de transição iniciou em 1º de janeiro de 2026, caracterizando-se como fase de testes, com exigência de cumprimento de obrigações acessórias, sem recolhimento efetivo de IBS e CBS no exercício de 2026.

O Banco acompanha a evolução da regulamentação e avalia os impactos operacionais, fiscais e tecnológicos decorrentes da implementação do novo sistema, cuja transição se estenderá até 2033.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Incorporação da Meu Financiamento Solar

Em 31 de março de 2026, ocorreu a aprovação para incorporação da Meu Financiamento Solar pelo Banco BV S.A., considerando o acervo líquido apurado na data base. A incorporação foi concluída em 01 de abril de 2026.

b) Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio

Em 24 de abril de 2026, ocorreu o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante líquido de R\$ 217.800, em relação aos resultados apurados no período findo em 31 de março de 2026.

c) Trademaster

Em 11 de março de 2026, foi firmado o contrato para alienação da participação de 40,37%, que estava registrado como mantido para venda. A operação foi aprovada pelo CADE em 30 de março de 2026 e a transferência das ações foi realizada em 16 de abril de 2026.

A DIRETORIA

Rodrigo Andrade de Moraes - Contador - CRC 1SP-220814/O-6
